



C&A MODAS S.A.
CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br



Relatório da Administração

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2025, a Estratégia Energia C&A entrou em seu segundo ano de implementação, consolidando avanços relevantes em todas as áreas de atuação da companhia. Ao longo do período, executamos com disciplina nossas prioridades estratégicas, fortalecendo nosso modelo de negócios e ampliando a competitividade, resiliência e o valor da Companhia.

Fechamos o ano com as vendas de vestuário totalizando R\$7,1 bilhões, um aumento de 9,2% em relação ao ano anterior, e com 8,4% de crescimento nas vendas por m². A margem bruta de vestuário atingiu 56,4%, expansão de 0,4 p.p. na mesma base comparativa. Desde o início da execução da Energia, em 2024, nossa venda de vestuário por m² avançou 27,4% e com aumento de 1,1 p.p. na margem bruta.

Além disso, a Companhia encerrou o exercício de 2025 com posição de caixa líquido de R\$83,7 milhões, mesmo diante de um aumento expressivo de 51,8% no CAPEX, que totalizou R\$545 milhões no período. O maior volume de investimentos foi direcionado às lojas, reformas e ao início da implementação da nova estratégia logística.

Como resultado desses avanços, o lucro líquido ajustado apresentou um importante aumento de 57,5% comparado a 2024, totalizando R\$470,7 milhões em 2025, um recorde para a C&A. A combinação dessa nossa trajetória com disciplina financeira e diligência na alocação de capital resultou em um ROIC de 21,8% no período.

Ao longo do ano, a C&A ampliou sua capacidade criativa, com evolução no desenvolvimento de produtos, matérias-primas e design, refletindo a atuação de times cada vez mais engajados na construção de uma proposta comercial diferenciada. Esse movimento contribuiu para a elevação da qualidade e valor percebidos dos produtos.

O novo conceito de Loja Energia reforça nossa proposta de valor ao combinar uma experiência aprimorada para as clientes com um modelo operacional mais ágil. Ao longo de 2025, aceleramos a modernização do parque de lojas, concluindo 26 reformas - sendo três delas no modelo Energia - e avançando na expansão com a abertura de 10 novas lojas.

Reforçamos, ao longo do ano, o foco do nosso modelo de negócios em moda, concluindo a desmobilização das operações de telefonia. Iniciativas como essa abrem espaço para categorias mais aderentes à jornada da cliente, como produtos de beleza, que continuam ganhando relevância no portfólio.

No digital, relançamos o APP e o site com novas funcionalidades e uma experiência aprimorada para o usuário. Também tivemos resultados consistentes no Projeto Dispersão, que segue capturando ganhos de produtividade no parque atual de lojas.

Avançamos nas iniciativas de marca que fortalecem a nossa conexão emocional com a cliente. Como resultado, evoluímos no *brand power* e avançamos 8,1 p.p. no NPS em 2025 vs. 2024. Esse fortalecimento vem sendo reconhecido pela cliente, refletindo no aumento da frequência de compras e na maior conversão de vendas em nossas lojas ao longo do ano.

Aceleramos a modernização da arquitetura de sistemas, a automatização dos centros de distribuição e a aplicação de inteligência artificial, movimentos que contribuem para nossa eficiência operacional, ampliam a assertividade comercial e sustentam o ganho de produtividade da Companhia.

O C&A Pay manteve sua relevância como ferramenta de relacionamento, alcançando 27,5% de penetração (aumento de 2,0 p.p. em relação a 2024) e superando a marca de 9 milhões de cartões emitidos, impulsionando o engajamento e a recorrência da base de clientes. Em 2025, também encerramos a parceria com o Bradescard, avançando na autonomia da concessão de crédito próprio e, ao mesmo tempo, na oferta de uma jornada cada vez mais fluida para a cliente em nossos canais.

Entendemos que processos de transformação não são lineares. Exigem disciplina, capacidade de adaptação e foco. Após diversos trimestres consecutivos de resultados acima da expectativa, o 4T25 veio abaixo do esperado. Foi um período marcado por temperaturas erráticas, ambiente promocional e uma conjuntura econômica com juros elevados e maior endividamento das famílias.

Mesmo com os desafios do último trimestre, 2025 foi um ano de forte desempenho para a C&A. Avançamos de forma consistente na agenda de modernização, impulsionada por iniciativas estruturadas em todas as áreas da Companhia. Encerramos o ano confiantes na conclusão do ciclo da Estratégia Energia C&A em 2026 e seguros de que dispomos de alavancas claras de crescimento para sustentar nossa evolução das vendas por m². Essa trajetória reforça nossa competitividade, eleva a produtividade das lojas e fortalece o valor e a relevância da marca C&A.

Administração C&A Modas S.A.

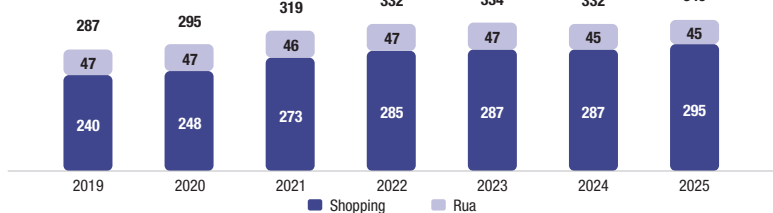
SOBRE A C&A

A C&A foi fundada em 1841 pelos irmãos holandeses Clemens e August e suas iniciais deram origem ao nome da marca. Desde o início, a Companhia se destacou pelo seu pioneirismo no varejo de moda, introduzindo o conceito de vestuário pronto para uso em um período em que ainda predominava a compra de tecidos para produção doméstica. Hoje, a C&A está entre as maiores cadeias varejistas de moda do mundo.

No Brasil, está presente desde 1976, quando inaugurou sua primeira loja no Shopping Ibirapuera, em São Paulo.

Presente em todos os estados brasileiros, a Companhia conta com 340 lojas e um time de mais de 15 mil associados. Aliando inovação constante ao compromisso de superar expectativas das clientes e deixar um legado positivo, a C&A segue fortalecendo sua conexão com as clientes e consolidando sua posição no varejo de moda brasileiro.

Abaixo, segue gráfico com o número de lojas segregadas entre lojas de shoppings e lojas de rua:



CONTEXTO OPERACIONAL

A C&A Modas S.A. tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº 1.222 - Barueri/SP. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na B3 sob o código de negociação "CEAB3" e sua controladora final é a COFRA Holding AG, sediada na Suíça.

A Companhia desempenha atividades preponderantes que englobam a comercialização no varejo e serviços financeiros, conforme descrito abaixo:

Comercialização no Varejo: As operações de varejo consideram tanto as vendas em lojas físicas quanto no mercado eletrônico através de um portfólio que inclui vestuário, calçados, acessórios, óculos, bijuterias, cosméticos e outros itens. Nesse contexto, o segmento de moda em vestuário é a principal linha de negócio da Companhia, sendo responsável por 88,4% da receita líquida de 2025, totalizando R\$7.059,8 milhões, um crescimento de 9,2% comparado a 2024.

Além disso, a Companhia segue avançando na consolidação da categoria de Beleza como uma vertical de crescimento importante em seu portfólio, alinhado à sua estratégia de crescimento e ampliação da sua proposta de valor. Em 2025, a categoria de Beleza apresentou um crescimento importante de 46,1% vs. 2024.

Ao longo do ano, a C&A seguiu com sua estratégia de desmobilização dos quiosques de telefonia e finalizou este processo no 3T25. No 4T25 permaneceu apenas as vendas de acessórios, como óculos e relógios. Como resultado, a receita líquida de Eletrônicos e Beleza no ano foi de R\$584,1 milhões, uma redução de 16,0% em relação a 2024.

Como resultado dessa dinâmica de performance em vestuário e Eletrônicos e Beleza, a receita de mercadorias registrou um crescimento de 6,8% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 7.643,9 milhões no 4T25.

Serviços Financeiros: As operações de serviços financeiros da Companhia englobam atividades de intermediação para concessão de crédito, emissão de cartões *private label*, oferta de seguros dentre outros serviços que são operacionalizados por meio do C&A Pay, plataforma financeira proprietária da Companhia. Em 2025, a receita líquida do C&A Pay atingiu R\$343,8 milhões, uma redução de 21,9% em relação ao ano anterior, devido à redução do plano de parcelado com juros. A sua participação nas vendas alcançou um patamar importante de 27,3% com uma carteira de mais de R\$1 bilhão.

ENERGIA C&A

A Estratégia Energia C&A representa o ciclo estratégico da Companhia para o período de 2024 a 2026, sucedendo a Estratégia Fashion Tech implementada entre 2019 e 2023. Desenvolvida com o objetivo de recuperar o brilho da marca e o valor da Companhia, a estratégia busca elevar a produtividade das lojas por meio do fortalecimento dos produtos, da jornada omnicanal e da consolidação da marca, com uma estratégia de relacionamento ainda mais personalizada.

Todas essas iniciativas são sustentadas pela cultura única da Companhia, pelo comprometimento dos times e uma agenda ASG que sustentam a geração de valor e a solidez financeira, garantindo uma execução disciplinada.



No pilar de Produto, a Companhia segue avançando no desenvolvimento de propostas de moda com maior qualidade, profundidade e relevância para suas clientes. A evolução do valor percebido das coleções tem sido um vetor importante de diferenciação, refletida no desempenho das categorias estratégicas.

As categorias de jeans feminino e masculino já contribuem de forma relevante para os resultados, enquanto Ace, lingerie e infantil continuam ganhando relevância no portfólio. Beleza também apresentou forte expansão ao longo do ano, ao mesmo tempo em que a Companhia encerrou suas operações de telefonia, proporcionando uma experiência ainda mais conectada com a moda para suas clientes.

Em jornada, a Companhia reconhece que o comportamento de consumo da cliente tornou-se cada vez mais omnicanal, combinando interações entre os ambientes físico e digital. Por isso, a integração dessa jornada permanece no centro da estratégia.

No ambiente físico, a C&A inaugurou seu novo conceito de loja, a Loja Energia que já se mostra como uma alavanca clara de produtividade em loja para seu parque atual e potenciais novas expansões. Além dessa loja conceito, também foram realizados dois versionamentos (*mainstream* e *light*) da loja conceito, com objetivo de avaliar a performance em diferentes perfis e custos de lojas.

O programa Dispersão, iniciativa voltada para aumentar a produtividade entre as lojas, também avançou, totalizando mais de 40 lojas em 2025. Desde o início da sua implementação em 2024, quase um terço do total do parque de lojas já recebeu a iniciativa. Em paralelo, 23 reformas foram realizadas ao longo do ano que somadas às três lojas Energia, somam 26 lojas reformadas neste ano.

No digital, a Companhia segue em busca da melhor experiência para a cliente, com eficiência operacional. O site e aplicativo ganharam novas funcionalidades que trouxeram melhorias expressivas na usabilidade dos canais digitais, tornando a navegação mais intuitiva e conversacional, através da utilização de ferramentas com uso de inteligência artificial.

A implementação da sacola integrada, uma ferramenta que permite a cliente começar e finalizar a compra no site, App ou lojas físicas também foi finalizada, trazendo ainda mais opções para a cliente e aumentando a conveniência para uma melhor experiência omnicanal.

No pilar de Marca e Relacionamento, a Companhia avançou de forma significativa na construção de uma percepção mais forte, coerente e emocionalmente conectada com a sua cliente. Entre as principais iniciativas, destaca-se o novo posicionamento de marca lançado, ainda em 2024, sintetizado no slogan "A gente se encontra na C&A".

Desde então, a C&A vem consolidando essa identidade com iniciativas consistentes, incluindo uma pesquisa que revelou o impacto emocional do momento em que a cliente encontra o look perfeito e que norteou campanhas como o slogan "Quem encontra o look sente".

O C&A Pay também integra de maneira estratégica o pilar de relacionamento, atuando como uma ferramenta de contato contínuo com as clientes. Além de fomentar o crédito, a solução contribui para uma interação recorrente e personalizada, criando múltiplos pontos de conexão que reforçam o engajamento e fortalecem a jornada da cliente ao longo do tempo.

ASG

AMBIENTAL

Em 2025, a C&A avançou de forma consistente na execução de sua estratégia ASG, consolidando a sustentabilidade como alavanca de geração de valor e mitigação de riscos no longo prazo. A economia circular permaneceu como pilar estratégico, com o Movimento ReCiclo que completou 8 anos - programa de logística reversa que permite aos clientes descartarem peças usadas nas lojas para reutilização ou reciclagem - presente em mais de 70% das unidades no Brasil.

Na agenda climática, a Companhia teve sua meta de redução de emissões aprovada pelo Science Based Targets initiative (SBTi), assumindo o compromisso de reduzir em 42% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa até 2030. A validação externa reforça a credibilidade da estratégia e o alinhamento às melhores práticas internacionais.

A agenda de produto também evoluiu, com 72,2% das matérias-primas classificadas como mais sustentáveis em 2025, em trajetória consistente para atingir 80% até 2030.

Adicionalmente, a C&A decidiu antecipar a divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade referente ao exercício de 2025, a ser publicado em 2026, alinhado aos Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 e nº 02 (IFRS S1 e S2), fortalecendo a transparência e a preparação para o novo ambiente regulatório, considerando as flexibilizações de adoção, conforme dispõe a Resolução CVM nº 193/2023.

SOCIAL

Em 2025, a agenda social da C&A continuou a evoluir com foco em cultura organizacional, diversidade e desenvolvimento de talentos - pilares essenciais para a sustentabilidade do negócio no longo prazo.

Pelo segundo ano consecutivo, a C&A foi reconhecida entre as empresas mais diversas do Brasil, segundo pesquisa do Datafolha. A Companhia já havia superado, em 2024, suas metas de representatividade na liderança, alcançando 66% de mulheres (meta de 60%) e 30% de pessoas negras e indígenas (meta de 30%). A diversidade na liderança contribui para maior qualidade na tomada de decisão, inovação e conexão com a base de clientes, além de fortalecer a reputação corporativa.

Através do Instituto C&A, o programa de voluntariado corporativo atingiu 19% de engajamento entre colaboradores, crescimento de 7 pontos percentuais em relação ao trimestre anterior, refletindo o fortalecimento da cultura de propósito e o alinhamento entre valores corporativos e impacto positivo nas comunidades onde atuamos.

Foram concluídas quatro turmas do programa Escola de Varejo de Moda, com atuação nas regiões Sudeste e Nordeste, reforçando o compromisso com capacitação profissional e inclusão produtiva. Até o momento, 9% dos participantes foram contratados como associados da Companhia, evidenciando o potencial do programa como mecanismo estruturado de formação de talentos e fortalecimento da empregabilidade no setor.

GOVERNANÇA

Visando ao contínuo aprimoramento das melhores práticas de governança corporativa, a estrutura de Governança da C&A é composta, além da Assembleia de Acionistas, por um Conselho de Administração de maioria independente, uma Diretoria Executiva e Comitês de Assessoramento, que atuam de forma integrada no fortalecimento dos processos de supervisão, direcionamento estratégico e tomada de decisão.

Essa arquitetura institucional assegura maior consistência e transparência à condução dos negócios, promovendo o adequado equilíbrio entre gestão e controle, bem como o alinhamento da estratégia de crescimento da Companhia à geração de valor sustentável no longo prazo.

Ao longo de 2025, o Conselho concentrou sua atuação no acompanhamento da execução disciplinada da estratégia Energia, no fortalecimento da proposta de valor à cliente e na consolidação dos ganhos de eficiência operacional e financeira alcançados nos últimos ciclos.

Em linha com esse compromisso e com a evolução contínua de suas práticas, a Companhia atingiu, em 2025, 100% de aderência às recomendações aplicáveis do Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas (CBGC), alcançando seu maior nível desde a primeira divulgação, em 2020. Além disso, a Companhia também contou com a entrada de novos conselheiros no seu comitê de ESG e de Estratégia.

A seguir, apresenta-se a estrutura de administração da Companhia:

Nome	Posição	Mandato
Conselho de administração		
Marcos Guimarães Grasso	Presidente do Conselho de Administração	AGO/2027
Cristina Presz Palmaka de Luca	Membro Independente do Conselho de Administração	AGO/2027
Isabella de Oliveira V. Cavalcanti Wanderley	Membro Independente do Conselho de Administração	AGO/2027
Jamil Saud Marques	Membro Independente do Conselho de Administração	AGO/2027
Peter Takaharu Furukawa	Membro Independente do Conselho de Administração	AGO/2027
Diretoria Executiva		
Paulo Correa Junior	Presidente	Após a AGO/2027
Laurence Beltrão Gomes	Vice-Presidente de Adm., Finanças e de Relações com Investidores	Após a AGO/2027
Francisiel Cassio Donatti	Vice-Presidente Comercial	Após a AGO/2027
Fernando Garcia Brossi	Vice-Presidente de Operações e Serviços Financeiros	Após a AGO/2027
Maria Carolina Brasil Borghesi	Diretora Vice-Presidente de Gente, Cultura e ASG	Após a AGO/2027
Conselho Fiscal		
Marina de Mesquita Willisich	Membro Efetivo	AGO/2026
Marcelo Franco de Paula	Membro Suplente	AGO/2026
Diego Santana Trisoldi	Membro Efetivo	AGO/2026
Manuel Da Cunha Marinho	Membro Suplente	AGO/2026
Rafael De Souza Morsch	Membro Efetivo	AGO/2026
Thiago Wolf Pereira	Membro Suplente	AGO/2026
Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças		
Jamil Saud Marques	Coordenador do Comitê	Após a AGO/2027
Ana Paula Malvestio	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Andrea Maria Ramos Leonel	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Comitê de Estratégia		
Isabella de Oliveira V. Cavalcanti Wanderley	Coordenadora do Comitê	Após a AGO/2027
Marcos Guimarães Grasso	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Luciana Staciariini*	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Paulo Correa Junior	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Comitê de Conta e ASG		
Cristina Presz Palmaka de Luca	Coordenadora do Comitê	Após a AGO/2027
Marcos Guimarães Grasso	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
João Carlos Senise	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Renata Soares Piazzon	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Comitê de Serviços Financeiros		
Peter Takaharu Furukawa	Coordenador do Comitê	Após a AGO/2027
Jamil Saud Marques	Membro do Comitê	Após a AGO/2027
Paulo Correa Junior	Membro do Comitê	Após a AGO/2027

* Data de eleição em 18 de dezembro de 2025 e data de posse em 1º de janeiro de 2026

ATENDIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 15.177/25

A Companhia reafirma seu compromisso com a promoção da equidade, diversidade e inclusão em todas as suas práticas de trabalho, assegurando respeito às diferenças e oportunidades justas de acesso, desenvolvimento e remuneração.

Os processos de seleção, promoção e avaliação de desempenho são conduzidos exclusivamente com base em competências técnicas, potencial profissional e resultados, visando qualquer discriminação não relacionada às qualificações exigidas.

Atendendo as obrigações legais, a Companhia divulgará, na Proposta da Administração submetida à Assembleia Geral Ordinária, as informações determinadas pela Lei nº 15.177/25, incluindo comparativos anuais dos principais indicadores de equidade, conforme requerido para todas as sociedades anônimas pela alteração legislativa recente.

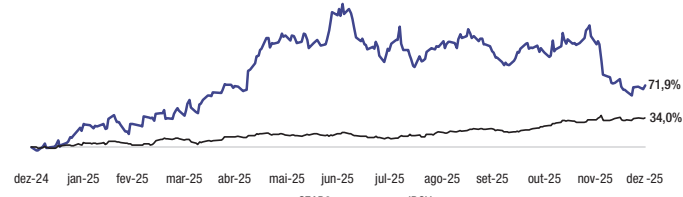
MERCADO DE CAPITAIS

A C&A estreou na B3 dia 28 de outubro de 2019 como empresa do Novo Mercado e o preço da oferta inicial das ações foi de R\$16,50. O volume médio diário de negociação foi de R\$60 milhões em 2025 e houve valorização das ações em 78,4%. Em 30 de dezembro de 2025, o valor de mercado da Companhia era de R\$3,9 bilhões. Importante destacar que, em 01 de setembro de 2025 a companhia passou a compor o índice Bovespa da B3.

CEAB3¹

Preço final (30/12/2025)	12,76
Menor preço de 2025	19,83
Menor preço de 2025	7,12
Valorização/Desvalorização 2025	71,9%
Número total de ações	308.245.068
Market Cap (30/12/2025)	R\$ 3,9 bilhões
Média diária de liquidez de 2025	R\$60 milhões

CEAB3 x IBOV



O capital social da Companhia totaliza 308.245.068 ações ordinárias e o free float é de 66,5%. Abaixo, segue composição acionária:

Composição acionária	Quantidade de ações	% do total
Acionista controlador	95.311.283	30,9%
Administradora	2.678.642	0,9%
Tesouraria	5.330.734	1,7%
Outros	204.924.409	66,5%
	308.245.068	100,0%

DESTAQUES

C&A encerra o 2025 com lucro líquido ajustado de R\$470,7 milhões e R\$83,7 milhões em caixa líquido



Receita líquida de vestuário atinge **R\$7,1 bilhões** (+9,2% vs. 2024) e crescimento de **27,2%** no acumulado de dois anos



Aumento de **46,0%** na receita líquida de Beleza vs. 2024



+23% de crescimento em vestuário online no ano



Lucro líquido ajustado² atinge **R\$470,7 milhões** em 2025, aumento de **57,5%** vs. 2024



+8,1 p.p. no NPS do 2025 vs. 2024



Abertura de **dez novas lojas** no ano e **26 reformas**, sendo três no modelo Energia



Companhia anuncia **adoção antecipada do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade**



Vestuário encerra o ano com **56,4% de margem bruta** (+0,4 p.p. vs. 2024)



Margem bruta de mercadorias expande **1,8 p.p.** no ano, alcançando 56,4%



Redução de **3,2 p.p.** no NPL do C&A Pay vs. 2024



Investimentos de **R\$546 milhões em Capex** +51,8% superior ao ano anterior



R\$326,5 milhões em geração de caixa livre ajustada¹ encerrando o ano com **R\$83,7 milhões em caixa líquido**



Fitch eleva rating de longo prazo da Companhia para **AA(bra)**



21,8% no ROIC³ de 2025, +5,5 p.p. vs. 2024

¹ Fluxo de caixa livre ajustado considera aplicações financeiras e não considera a alienação dos direitos relacionados à carteira do cartão bandeirado Bradescard.
² Ajustes incluem: (i) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas; (ii) Recuperação de créditos fiscais; e (iii) programa de incentivo de longo prazo, líquido de impostos.
³ ROIC calculado com base no lucro líquido ajustado dos últimos doze meses.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Indicadores (R\$ Milhões)	2025	2024	%
Receita líquida consolidada	7.983,0	7.636,5	4,5%
Receita líquida de vestuário	7.059,8	6.462,9	9,2%
Vendas em mesmas lojas - vestuário (SSS)¹ (%)	8,5%	16,4%	-7,9 p.p.
Vendas em mesmas lojas - mercadorias (SSS)¹ (%)	6,2%	13,1%	-6,9 p.p.
(R\$ Milhões)			
Lucro bruto consolidado	4.432,5	4.176,6	6,1%
Margem bruta consolidada (%)	55,5%	54,7%	0,8 p.p.
Margem bruta - vestuário (%)	56,4%	56,0%	0,4 p.p.
Margem bruta - mercadorias (%)	55,1%	53,4%	1,8 p.p.
Despesas operacionais pós-IFRS-16²	(2.784,1)	(2.566,8)	8,5%
Despesas operacionais pós-IFRS-16/receita líquida consolidada	34,9%	33,6%	1,3 p.p.
Despesas operacionais pré-IFRS-16²	(3.280,5)	(3.040,3)	7,9%
Despesas operacionais pré-IFRS-16/receita líquida consolidada	41,1%	39,8%	1,3 p.p.
(R\$ Milhões)			
EBITDA ajustado³ (pós-IFRS16)	1.576,3	1.449,5	8,8%
Margem EBITDA ajustada (pós-IFRS16) (%)	19,7%	19,0%	0,8 p.p.
EBITDA ajustado³ (pré-IFRS16)	1.079,8	975,9	10,7%
Margem EBITDA ajustada (pré-IFRS16) (%)	13,5%	12,8%	0,7 p.p.
(R\$ Milhões)			
Lucro (prejuízo) líquido	587,1	452,5	29,7%
Lucro (prejuízo) líquido ajustado³	470,7	298,9	57,5%
Investimentos	546,0	359,7	51,8%
(1) SSS: Same Store Sales - Crescimento de vendas em mesmas lojas. É composto pelas vendas das lojas ativas há mais de 13 meses em relação ao mesmo período do ano anterior, incluindo o e-commerce e todas as suas modalidades de vendas e entrega (100% online, vendas diretas, Ship from Store e Click e Retire).			
(2) Considera apenas despesas com vendas, gerais e administrativas, excluindo despesas de Depreciação e Amortização, inclusive a Depreciação e Amortização de Uso (Arrendamento), despesa com PDD e outras (despesas) receitas operacionais para fins de análise.			
(3) Ajustes incluem: (i) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas; (ii) Receitas financeira de fornecedores; (iii) Recuperação de créditos fiscais; e (iv) programa de incentivo de longo prazo.			
(4) Ajustes incluem: (i) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas; (ii) Recuperação de créditos fiscais; e (iii) programa de incentivo de longo prazo, líquido de impostos.			

RECEITA LÍQUIDA

Vestuário

A Companhia segue avançando de forma consistente na execução da Estratégia Energia C&A e no fortalecimento da sua proposta de valor, sustentada pelos pilares de produto, jornada omni, marca e relacionamento. Nos últimos anos, esse conjunto de iniciativas elevou de forma contínua o valor percebido das coleções, com avanços em qualidade, curadoria de moda e experiência de compra. O Test & Learn e o Hub de Inteligência Comercial (HiC) contribuíram para essa evolução.

Assim, a receita líquida de vestuário totalizou R\$7.059,8 milhões em 2025, um aumento de 9,2% comparado ao ano de 2024. No acumulado de 2 anos, este aumento foi de 27,2%.

Como resultado dessa jornada de construção de marca, a receita líquida de vestuário por m² aumentou 6,5% em 2025 vs. 2024 e desde o início da Estratégia Energia C&A, 25,1%. Como resultado dessa evolução, o ano de 2025 apresentou um crescimento de 8,5% sobre as vendas em mesmas lojas vs. 2024.





C&A MODAS S.A.

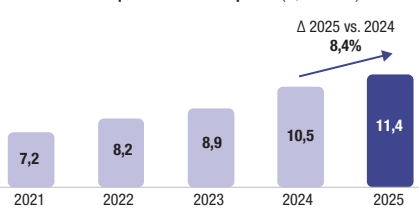
CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br



Relatório da Administração

Receita líquida de Vestuário por m² (R\$ Milhares)



Site e App

A companhia segue investindo na jornada omni, com foco na experiência do usuário e com uso de agentes autônomos. Novas funcionalidades e integrações conectam ainda mais as lojas físicas ao ambiente digital para oferecer uma experiência de compra mais fluida.

A sacola de compra foi unificada e agora a cliente pode conduzir a sua jornada da forma que preferir, seja no site, aplicativo ou loja física. O novo site também foi reestruturado, com uma experiência de moda ainda mais relevante.

O IA Personal Shopper que promove uma busca contextualizada e a Home For You - uma página personalizada com recomendações de produtos baseada na navegação da cliente - também foram incorporados no APP. Todas essas funcionalidades tem contribuído para uma experiência mais relevante e próxima da cliente e têm se traduzido em maiores níveis de conversão.

Como resultado, no ano de 2025, a receita líquida de mercadorias provenientes das vendas do site e do aplicativo da C&A registrou um crescimento de 20,2% vs. 2024, atingindo R\$457,6 milhões. A penetração do canal na receita de mercadorias aumentou 0,7 p.p., correspondendo a 6,0% das vendas.

Site & App (R\$ Milhões)

	2025	2024	Δ%
Receita líquida de mercadorias (site + app)	457,6	380,6	20,2%
Receita líquida de mercadorias (site + app)/receita de mercadorias (%)	6,0	5,3%	0,7 p.p.

Serviços financeiros

A receita líquida de serviços financeiros totalizou R\$373,2 milhões em 2025, uma redução de 23,9% em relação a 2024.

Apesar disso, o ano tivemos um marco importante com o encerramento do contrato de parceria firmada, em 2009, com o Banco Bradesco S.A. e o Banco Bradescard, concluindo um importante pilar estratégico do IPO relacionado à recompra dos direitos de ofertar produtos e serviços financeiros.

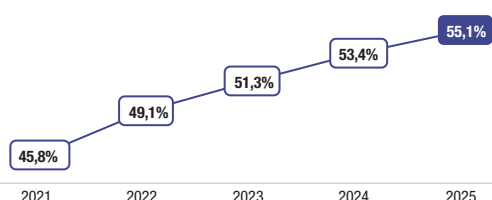
Considerando apenas a operação do C&A pay, a receita de 2025 totalizou R\$ 343,8 milhões, 22,0% menor comparado ao ano de 2024, com uma penetração que atingiu 27,3%, 2,0 p.p. superior ao ano anterior.

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

Lucro bruto e margem bruta (R\$ Milhões e %)	2025	2024	Δ%
Vestuário	3.984,5	3.621,4	10,0%
Margem bruta (%)	56,4%	56,0%	0,4 p.p.
Elétrônicos e Beleza	230,7	201,3	14,7%
Margem bruta (%)	39,5%	28,9%	10,6 p.p.
Lucro bruto de mercadorias	4.215,2	3.822,6	10,3%
Margem bruta de mercadorias (%)	55,1%	53,4%	1,7 p.p.
Outras ¹	(93,3)	(86,5)	14,9%
Serviços financeiros	316,6	440,4	-28,1%
Lucro bruto consolidado	4.432,5	4.176,6	6,1%
Margem bruta consolidada (%)	55,5%	54,7%	0,8 p.p.

¹ Considera principalmente o frete sobre vendas do site e aplicativo.

Evolução da margem bruta de mercadorias (em %)



A execução consistente do Energia C&A em direção ao seu processo de fortalecimento de marca tem permitido à Companhia sustentar o posicionamento baseado em maior valor percebido.

Além disso, a precificação dinâmica e o Hub de Inteligência Comercial tem garantido uma maior assertividade na gestão do sortimento e uma jornada de compra mais relevante para a cliente.

Como resultado, a margem bruta de vestuário atingiu 56,4% no ano, uma expansão de 0,4 p.p.

A categoria Beleza, que tem uma margem bruta superior a de telefonia, segue aumentando a sua relevância no portfólio da Companhia, ao mesmo tempo em que houve o encerramento das vendas de celulares. Dessa forma, a margem bruta consolidada de Elétrônicos e Beleza resultou em 39,5% e a margem bruta de mercadorias foi de 55,1%, uma expansão de 1,7 p.p. vs. 2024.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas operacionais (R\$ Milhões)	pós-IFRS-16			pré-IFRS-16		
	2025	2024	Δ%	2025	2024	Δ%
Despesas com vendas	(2.049,1)	(1.918,2)	6,8%	(2.513,4)	(2.359,5)	6,5%
Despesas gerais e administrativas	(735,0)	(648,6)	13,3%	(767,1)	(680,8)	12,7%
Despesas operacionais ¹	(2.784,1)	(2.566,8)	8,5%	(3.280,5)	(3.040,3)	7,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	217,6	77,4	181,0%	208,8	78,2	166,9%
Despesas operacionais totais ²	(2.566,5)	(2.489,3)	3,1%	(3.071,8)	(2.962,1)	3,7%

% Despesas com vendas/receita líquida consolidada: 25,7% (2025) vs 25,1% (2024) vs 0,5 p.p. (2025) vs 31,5% (2024) vs 30,9% (2025) vs 0,6 p.p. (2025) vs 9,2% (2024) vs 8,5% (2025) vs 0,7 p.p. (2025) vs 9,6% (2024) vs 8,9% (2025) vs 0,7 p.p. (2025)

Despesas operacionais/receita líquida consolidada: 34,9% (2025) vs 33,6% (2024) vs 1,3 p.p. (2025) vs 41,1% (2024) vs 39,8% (2025) vs 1,3 p.p. (2025)

¹ Exclui a despesa com FDD e outras (despesas) receitas operacionais para facilitar a análise.

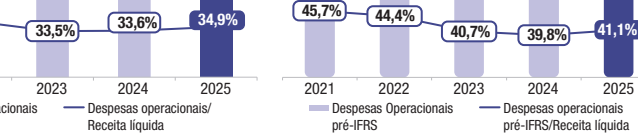
² Inclui Outras (despesas) receitas operacionais.

A Companhia segue com a execução da sua estratégia Energia C&A com objetivo de fortalecer as categorias-chave, reforçando seus times criativo e mantendo a consistência dos seus investimentos em marketing e a retomada do ritmo de abertura de lojas, principalmente no segundo semestre do ano. As despesas com vendas pré-IFRS-16 totalizaram R\$2.513,4 milhões em 2025, aumento de 6,5% em relação ao ano anterior. Esse crescimento reflete, principalmente, o maior nível de investimentos em marketing e também um maior custo de ocupação em função de dez novas aberturas de lojas no ano. Como percentual da receita, as despesas com vendas apresentaram um aumento de 0,6 p.p. Na visão pós-IFRS-16, as despesas com vendas totalizaram R\$2.049,1 milhões, um aumento de 0,5 p.p. como percentual da receita.

As despesas gerais e administrativas alcançaram R\$767,1 milhões no ano de 2025, aumento de 12,7% em comparação a 2024. Esse crescimento reflete principalmente os investimentos no projeto Energia C&A, além da internalização de terceiros em logística e maior volume de peças importadas ao longo do ano. Como percentual da receita líquida, G&A representou 9,6%, um aumento de 0,7 p.p. na comparação anual. Na visão pós-IFRS-16, o aumento também foi de 0,7 p.p. na mesma base de comparação.

Como resultado dessa dinâmica, as despesas operacionais aumentaram 7,9% em 2025 vs. 2024 e, como percentual da receita, houve um aumento de 1,3 p.p.. Desconsiderando os efeitos da desmobilização da telefonia e da menor receita de serviços financeiros, o aumento teria sido de 0,2 p.p. na mesma base de comparação.

Por fim, a linha de outras receitas e despesas operacionais totalizou R\$217,6 milhões, refletindo a reversão da provisão de INSS no valor de R\$62,1 milhões.



SERVIÇOS FINANCEIROS

R\$ Milhões	C&A Pay			Bradescard			Serviços Financeiros		
	2025	2024	Δ%	2025	2024	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita líquida de impostos	343,8	440,4	-21,9%	29,4	50,0	-41,7%	373,2	490,4	-24,0%
Custo de captação	(27,6)	(30,5)	-9,6%	(0,6)	(27,9)	(27,9)	(31,1)	(10,4)	-10,4%
Lucro bruto	316,2	409,9	-22,9%	29,1	49,4	-41,0%	342,3	459,3	-24,8%
Despesas com vendas	(140,0)	(162,2)	-13,7%	-1,3	(16,7)	-	(141,3)	(160,9)	-21,9%
Despesas gerais e administrativas	(134,3)	(202,4)	-33,7%	0,0	-	-	(10,1)	(17,0)	-40,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	0,0	(0,2)	-	154,3	-	-	154,3	(0,2)	-
(a) Resultado de serviços financeiros	31,9	28,1	13,4%	181,8	30,7	492,0%	213,6	58,8	263,3%

O C&A Pay segue seu papel estratégico como ferramenta de relacionamento, com foco na recorrência e aumento do ticket médio das clientes de sua base ativa.

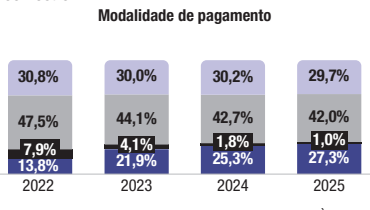
Assim, a receita líquida da operação totalizou R\$343,8 milhões, uma redução de 21,9% em função e uma menor participação de parcelado com juros durante o período. Ao mesmo tempo, a estrutura flexível de despesas do C&A, combinada com sua eficiência de cobrança trouxe uma redução de 13,7% nas despesas do ano, que somaram R\$140,0 milhões.

Além disso, a qualidade da carteira de crédito da operação também tem evoluído com melhores rolagens e melhores taxas de inadimplência. Como resultado, a perda líquida do período reduziu 33,7%, atingindo R\$134,3 milhões em 2025.

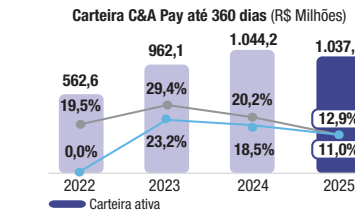
O posicionamento do C&A Pay, aliado a uma estratégia de crédito e cobrança eficiente, permitiram um lucro operacional de R\$ 31,9 milhões no ano, 13,4% superior ao ano de 2024.

Por fim, em função do encerramento da parceria com o Bradescard no primeiro semestre de 2025, não há mais resultados dessa operação reconhecidos a partir do segundo semestre.

Modalidade de pagamento



Carteira C&A Pay até 360 dias (R\$ Milhões)



SERVIÇOS FINANCEIROS

C&A Pay	2025	2024	Δ%
Carteira ativa 720 dias	1.214,1	1.225,7	-0,9%
Carteira ativa 360 dias	1.037,6	1.044,2	-0,6%
Participação na venda do varejo	27,3%	25,3%	2,0 p.p.
Cartões novos (mil)	1.860,0	2.181,8	-14,8%
Índices de cobertura ¹ sobre vencidos > 91 e 720 dias	9.054,0	7.194,1	25,9%
sobre vencidos > 91 e 360 dias	102,1%	103,8%	-1,7 p.p.
	108,7%	110,1%	-1,3 p.p.

¹ Considera saldos vencidos da carteira por estágio (IFRS-9).

O C&A Pay segue avançando com sua jornada com foco no aumento da intensidade de consumo da sua base ativa de clientes. Como parte dessa trajetória e em função de uma política de crédito mais seletiva desde o final de 2024, foi observado uma redução de 0,6% na carteira até 360 dias.

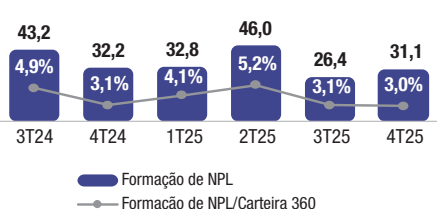
Nesse contexto, a estratégia do C&A Pay como ferramenta de comunicação também tem se mostrado ainda mais efetiva, em que a utilização deste cartão como meio de pagamento aumentou 2,0 p.p. vs. 2024, alcançando 27,3%.

Ao mesmo tempo, mesmo com critérios seletivos de concessão, o C&A Pay alcançou a marca de mais de 9 milhões de cartões emitidos, consolidando sua relevância como uma importante alavanca de relacionamento, que se conecta com uma experiência de moda mais fluida.

Esse modelo também tem demonstrado eficiência refletida na melhor consistente dos indicadores de inadimplência. A formação do NPL 90, representado pelos saldos vencidos entre 90 e 360 dias continua reduzindo na comparação anual como consequência do bom desempenho das novas safras e rolagens.

Por fim, a cobertura dos saldos vencidos entre 91 e 360 dias segue em patamares confortáveis, com nível de cobertura alcançando 108,7%.

Formação de NPL (R\$ Milhões)



¹ Evolução da carteira (YoY) vs. evolução formation 91 a 360 dias (YoY)

EBITDA AJUSTADO

EBITDA Ajustado Consolidado

R\$ Milhões e %	2025	2024	Δ%
Lucro líquido	587,1	452,5	29,7%
(+/-) Impostos sobre o lucro	139,9	60,4	131,5%
(+/-) Resultado financeiro líquido	317,6	296,3	7,2%
(+/-) Depreciação e amortização	687,1	675,5	1,7%
EBITDA (pós-IFRS-16)	1.731,6	1.484,8	16,6%
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais	(202,7)	47,0	-
(+/-) Receita financeira de fornecedores	19,7%	19,0%	0,8 p.p.
(-) Recuperação de créditos fiscais	(14,9)	(124,4)	-88,1%
(+) Incentivo de longo prazo	47,4	27,1	74,8%
EBITDA ajustado (pós-IFRS-16)	1.576,3	1.449,5	8,8%
Margem EBITDA ajustada (pós-IFRS-16) (%)	19,7%	19,0%	0,8 p.p.
EBITDA (pré-IFRS-16)	1.226,4	1.012,0	21,2%
EBITDA ajustado (pré-IFRS-16)	1.079,8	975,9	10,7%
Margem EBITDA ajustada (pré-IFRS-16) (%)	13,5%	12,8%	0,7 p.p.

O EBITDA ajustado pré-IFRS-16 totalizou R\$1.079,8 milhões no ano, um resultado 10,7% maior que aquele registrado em 2024. Apesar da desmobilização de telefonia e do encerramento da parceria com o Bradescard, que impactou a receita total da Companhia, a receita de vestuário compensou essa redução. Como consequência, a margem atingiu 13,5%, um aumento de 0,7 p.p.

Na visão pós-IFRS-16, o EBITDA ajustado foi de R\$1.576,3 milhões, com margem de 19,7%, 0,8 p.p. acima na comparação anual em função do melhor resultado operacional no trimestre e redução na perda líquida do período.

EBITDA Ajustado da Operação de Varejo

R\$ Milhões e %	2025	2024	Δ%
EBITDA ajustado (pós-IFRS-16)	1.576,3	1.449,5	8,8%
(+/-) Resultado de serviços financeiros ¹	(67,1)	(69,5)	-2,7%
EBITDA ajustado (pós-IFRS-16) da operação de varejo	1.489,2	1.359,9	9,5%
Margem EBITDA ajustada (pós-IFRS-16) da operação de varejo	19,4%	18,9%	0,5 p.p.
EBITDA ajustado (pré-IFRS-16)	1.079,8	975,9	10,7%
(+/-) Resultado de serviços financeiros ¹	(67,1)	(69,5)	-2,7%
EBITDA ajustado (pré-IFRS-16) da operação de varejo	992,7	896,4	12,0%
Margem EBITDA ajustada (pré-IFRS-16) da operação de varejo	12,9%	12,3%	0,6 p.p.

¹ Desconsidera o custo de captação da operação financeira, visto que este valor não impacta o resultado consolidado da companhia, mas é contabilizado como custo no C&A Pay.

No ano, o EBITDA ajustado pré-IFRS-16 da operação de Varejo totalizou R\$992,7 milhões, com margem de 12,9%, um aumento de 0,6 p.p. frente ao ano anterior. Na visão pós-IFRS-16, o EBITDA ajustado de 2025 alcançou R\$1.489,2 milhões com margem de 19,4%.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ Milhões	2025	2024	Δ%
Varição cambial	(9,2)	(13,3)	-30,9%
Despesas financeiras	(567,8)	(555,0)	2,3%
Juros sobre empréstimos	(190,3)	(187,8)	1,4%
Juros sobre arrendamentos	(175,8)	(170,9)	2,9%
AVP de juros com fornecedores	(120,6)	(95,9)	25,8%
Juros com fornecedores - Bradescard	(42,1)	(69,2)	-39,1%
Juros sobre impostos e contingências	(25,0)	(21,7)	15,3%
Outras despesas financeiras	(10,8)	(9,6)	12,6%
Receitas financeiras	259,4	272,0	-4,6%
Atualização monetária sobre créditos tributários	666,3	195,1	-55,8%
Juros sobre aplicações financeiras	123,6	77,0	60,4%
Tributos sobre receitas financeiras	(23,7)	(23,6)	0,4%
Receita financeira com fornecedor	14,8	15,0	-1,2%
Resultado com títulos e valores mobiliários	37,1	8,4	340,1%
Outras receitas financeiras	9,3	(8,6)	-
Resultado financeiro líquido	(317,6)	(296,3)	7,2%

No ano, as despesas financeiras totalizaram R\$567,8 milhões, um aumento de 2,3% em decorrência de um aumento de 25,8% na linha do AVP de juros com fornecedores em função de uma maior taxa de juros (SELIC) no período, que foi parcialmente compensado pelo encerramento da parceria com o Bradescard, que cessou o reconhecimento de juros na linha de fornecedores - Bradescard a partir do segundo semestre.

Importante destacar que, com a gestão da dívida realizada ao longo do segundo semestre, a companhia conseguiu reduzir o custo da dívida, elevar o prazo de pagamento e reduzir o endividamento na comparação anual.

Do lado das receitas financeiras, um maior nível de rentabilidade do caixa, e uma maior receita financeira de fornecedores foram compensados por uma menor atualização monetária sobre créditos tributários do período, que totalizaram R\$86,3, uma redução de R\$24,1 milhões vs. 2024.

Como consequência dessa dinâmica, a Companhia registrou uma despesa financeira líquida de R\$317,6 milhões, representando um aumento de 7,2% em relação ao ano anterior.

LUCRO LÍQUIDO

Lucro (prejuízo) líquido (R\$ Milhões)	2025	2024	Δ%
Lucro (prejuízo) líquido	587,1	452,5	29,7%
Margem líquida (%)	7,4%	5,9%	1,4 p.p.
Lucro (prejuízo) líquido ajustado ¹	470,7	298,9	57,5%
Margem líquida ajustada (%)	5,9%	3,9%	2,0 p.p.

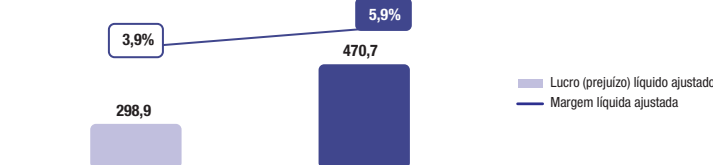
¹ Lucro líquido pós-IFRS (2) Ajustes incluem: (i) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas; (ii) Receitas financeiras de fornecedores; (iii) Recuperação de créditos fiscais; e (iv) encargos sociais referentes ao programa de incentivo de longo prazo pago.

Em 2025, o lucro líquido reportado atingiu R\$587,1 milhões, representando um crescimento expressivo de 29,7% em relação a 2024.

O lucro líquido ajustado, que desconsidera o efeito da reversão da provisão do INSS de R\$62,1 milhões, somou R\$470,7 milhões, avanço de 57,5% na mesma base de comparação, sustentando um incremento relevante de 2,0 p.p. na margem líquida ajustada.

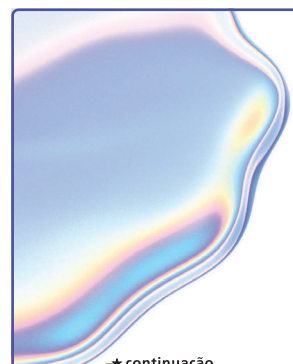
Esse desempenho reflete a evolução dos resultados da Companhia com a redução da alavancagem.

Lucro (prejuízo) líquido ajustado e margem líquida ajustada (R\$ e %)



ENDIVIDAMENTO

R\$ Milhões	4T25	4T24	Δ%
Dívida de curto prazo	139,0	438,6	-68,3%
Dívida de longo prazo	820,7	1.034,9	-20,7%
Dívida bruta	959,7	1.473,5	-34,9%
Compromisso Bradescard	0,0	608,6	-



C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br



* continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	748.512	1.262.270	774.521	1.403.225
Títulos e valores mobiliários	6	—	—	268.854	169.310
Contas a receber	7	962.127	1.076.795	1.753.283	1.862.821
Estoques	8	1.154.866	1.032.231	1.154.866	1.032.231
Tributos a recuperar	9	560.872	469.885	569.544	470.354
Derivativos	4	2.552	18.255	2.552	18.255
Outros ativos		36.172	37.186	36.209	37.197
Total do ativo circulante		3.465.101	3.896.622	4.559.829	4.993.393
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	757.850	854.604	—	—
Tributos diferidos	10	529.421	544.580	489.748	530.141
Tributos a recuperar	9	791.364	1.127.692	791.364	1.127.692
Depósitos judiciais	20	91.358	144.935	91.360	144.940
Derivativos	4	—	6.551	—	6.551
Outros ativos		4.615	4.752	4.615	4.752
Total do ativo realizável a longo prazo		2.174.508	2.683.114	1.377.087	1.814.076
Investimento	11	254.986	187.647	—	—
Imobilizado	12	1.057.438	823.714	1.057.438	823.714
Direito de uso - arrendamento mercantil	15	1.474.548	1.529.909	1.474.548	1.529.909
Intangível	13	849.731	892.807	849.731	892.807
Total do ativo não circulante		5.811.311	6.117.191	4.758.804	5.060.506
Total do ativo		9.276.412	10.013.813	9.318.633	10.053.899

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	1.318.136	1.877.357	1.324.832	1.889.243
Obrigações de risco sacado	16	421.205	350.043	421.205	350.043
Empréstimos e debêntures	17	139.796	456.541	139.796	456.541
Arrendamentos	15	372.743	352.734	372.743	352.734
Obrigações trabalhistas	18	290.811	276.780	293.617	279.826
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	139.779	101.934	139.779	101.934
Tributos a recolher	19	374.578	373.489	385.977	375.899
Derivativos	4	1.760	319	1.760	319
Outros passivos	21	17.220	24	17.220	43.733
Total do passivo circulante		3.076.028	3.813.230	3.116.161	3.850.272
Não circulante					
Fornecedores	16	—	218	—	218
Empréstimos e debêntures	17	820.676	1.041.472	820.676	1.041.472
Arrendamentos	15	1.407.500	1.474.142	1.407.500	1.474.142
Obrigações trabalhistas	18	16.152	20.310	16.152	20.310
Tributos a recolher	19	14.325	15.389	14.325	15.389
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	20	184.689	290.012	186.554	293.052
Outros passivos	21	50.209	50.556	50.209	50.556
Total do passivo não circulante		2.493.330	2.892.099	2.495.416	2.895.139
Total do passivo		5.569.358	6.705.329	5.611.577	6.745.411
Patrimônio líquido					
Capital social	22	1.847.177	1.847.177	1.847.177	1.847.177
Ações em tesouraria	22	(48.190)	(34.365)	(48.190)	(34.365)
Reserva de capital		39.243	49.287	39.243	49.287
Reserva de lucros		1.868.222	1.439.134	1.868.222	1.439.134
Resultados abrangentes		602	602	602	602
Total participação de controladores		3.707.054	3.308.484	3.707.054	3.308.484
Participação dos acionistas não controladores		—	—	—	—
Total do patrimônio líquido		3.707.054	3.308.484	3.707.056	3.308.488
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.276.412	10.013.813	9.318.633	10.053.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital		Reserva legal	Reserva de lucros		Reserva para investimento	Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
			de capital	Outras reservas de capital		de lucros a realizar	Reservas de incentivos fiscais						
Em 31 de dezembro de 2023	1.847.177	(8.498)	10.516	39.363	65.208	75.720	14.560	947.612	—	(586)	—	3	2.991.075
Instrumentos patrimoniais outorgados - Remuneração baseada em ações	—	—	—	13.358	—	—	—	—	—	—	13.358	—	13.358
Recuperação de ações	—	(32.364)	—	—	—	—	—	—	—	—	(32.364)	—	(32.364)
Ações liquidadas (i)	—	6.497	—	(13.950)	—	—	—	—	—	—	(7.453)	—	(7.453)
Destinação do resultado:													
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	452.477	1	452.478
Reserva legal	—	—	—	—	22.623	—	—	—	—	—	(22.623)	—	—
Reserva para investimentos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(291.293)	—	—
Reserva de incentivos fiscais	—	—	—	—	—	—	22.117	—	—	—	(22.117)	—	—
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	—	—	—	291.293	—	—	(105.000)	—	(105.000)
Dividendos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(11.444)	—	(11.444)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7.837	7.837	—	7.837
Em 31 de dezembro de 2024	1.847.177	(34.365)	10.516	38.771	87.831	75.720	36.677	1.238.905	—	7.251	—	4	3.308.487
Instrumentos patrimoniais outorgados - Remuneração baseada em ações	—	—	—	23.401	—	—	—	—	—	—	23.401	—	23.401
Recuperação de ações	—	(36.039)	—	—	—	—	—	—	—	—	(36.039)	—	(36.039)
Ações liquidadas (i)	—	22.214	—	(33.445)	—	—	—	—	—	—	(11.231)	—	(11.231)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	587.089	(2)	587.087
Reserva legal	—	—	—	—	29.355	—	—	—	—	—	(29.355)	—	—
Reserva para investimentos	—	—	—	—	—	—	—	399.734	—	—	(399.734)	—	—
Juros sobre capital próprio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(158.000)	—	(158.000)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(6.649)	6.649	—	(6.649)
Em 31 de dezembro de 2025	1.847.177	(48.190)	10.516	28.727	117.186	75.720	36.677	1.638.639	—	602	—	2	3.707.056

(i) Em março de 2024 e abril de 2025 foram liquidadas as ações do plano de remuneração PSU 2021 e plano de 2022, respectivamente. (vide movimentação na nota 25).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais - R\$, exceto o resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	26	7.730.456	7.304.317	7.982.958	7.636.539
Venda de mercadorias e serviços		7.670.574	7.196.456	7.665.846	7.195.564
Produtos e serviços financeiros		59.882	107.861	317.112	440.975
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		(3.550.347)	(3.459.741)	(3.550.502)	(3.459.970)
Venda de mercadorias e serviços		(3.550.167)	(3.459.466)	(3.550.167)	(3.459.382)
Produtos e serviços financeiros		(180)	(275)	(335)	(588)
Lucro bruto		4.180.109	3.844.576	4.432.456	4.176.569
(Despesas) e receitas operacionais:					
Vendas	27	(2.505.722)	(2.324.746)	(2.511.645)	(2.355.001)
Gerais e administrativas	27	(958.273)	(885.982)	(959.532)	(887.313)
Perdas em créditos, líquida	7	—	—	(134.301)	(202.442)
Equivalência patrimonial	11	66.781	35.132	—	—
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	218.386	77.613	217.571	77.432
Lucro antes do resultado financeiro		1.001.251	746.593	1.044.549	809.245
Resultado de variação cambial		(9.171)	(13.281)	(9.172)	(13.281)
Despesas financeiras		(636.975)	(599.721)	(654.671)	(555.044)
Receitas financeiras		223.869	254.381	256.275	271.999
Resultado FIDC C&A Pay		113.586	106.753	—	—
Resultado financeiro	28	(308.691)	(251.868)	(317.568)	(296.326)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		692.560	494.725	726.981	512.919
Impostos sobre o lucro	10	(105.471)	(42.248)	(139.894)	(60.441)
Lucro líquido do exercício		587.089	452.477	587.087	452.478
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores		—	—	(2)	1
Controladores		—	—	587.089	452.477
Lucro básico por ação - em R\$	33	—	—	1,931	1,4839
Lucro básico por ação diluído - em R\$	33	—	—	1,8913	1,4682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício					
Outros resultados abrangentes:					
Resultados com derivativos		(10.277)	12.357	(10.446)	12.357
Outros resultados abrangentes (a)		—	—	—	(318)
Efeitos tributários		3.494	(4.201)	3.663	(4.201)
Total de resultado abrangente a ser reclassificado para resultado do exercício em períodos subsequentes, líquidos dos tributos		(6.649)	7.838	(6.649)	7.838
Total do resultado abrangente atribuível aos acionistas:		580.440	460.315	580.438	460.316
Não controladores		—	—	(2)	1
Controladores		—	—	580.440	460.315

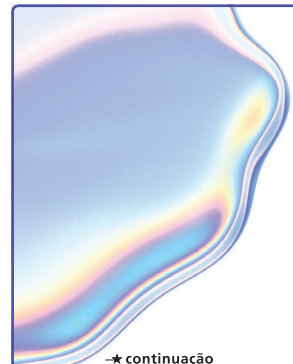
(a) Valor refere-se ao ajuste de marcação a mercado das Letras Financeiras do Tesouro da C&A Pay SCD.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A C&A Modas S.A. ("Companhia" ou "Controladora") tem sua sede social localizada na Alameda Araguaia, nº 1.222 - Barueri - São Paulo - Brasil. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas na B3 (São Paulo - Brasil) sob o código de negociação "CEAB3" e sua controladora final é a COPRA Holding AC, sediada na Suíça. A C&A Modas e suas controladas, referidas conjuntamente como "C&A", desempenham atividades preponderantes que englobam: **Comercialização no Varejo**: Venda de produtos, tanto em lojas físicas quanto no mercado eletrônico. O portfólio inclui vestuário, calçados, acessórios, relógios, bijuterias, cosméticos e outros itens. **Serviços Financeiros**: I. Prestação de serviços de intermediação para concessão de crédito destinado ao financiamento de compras. II. Emissão de cartões de crédito (*private label*) e oferta de empréstimos pessoais. III. Intermediação no agenciamento e promoção para a distribuição de seguros, títulos de capitalização e produtos correlatos de sociedades seguradoras e terceiros detentores desses produtos. IV. Realização das atividades próprias de uma instituição de pagamento, envolvendo processamento de transações financeiras e serviços relacionados. A C&A realiza suas vendas por meio de 302 lojas (332 lojas em 31 de dezembro de 2024) e comércio on-line abastecidas por 3 centros de distribuição nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina e 1 operação logística. Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tais como número de lojas e centros de distribuição, entre outros, não foram objeto de auditoria ou revisão por parte de nossos auditores independentes. **1.1. Efeitos da Lei Complementar nº 224/2025**: A Lei Complementar nº 224/2025, publicada em 26 de dezembro de 2025, promoveu



C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. 3.1. **Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2025:** A Administração avaliou as normas, orientações e pronunciamentos contábeis que passaram a vigorar pela primeira vez a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025 e concluiu que não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras. (a) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e ICPC 09 - Demonstrações Financeiras Individuais, Separadas e Consolidadas: Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à ICPC 09 (R3), alinhando as normas brasileiras aos padrões do IASB, visando garantir consistência e transparência nas práticas contábeis, além de alinhar as normas brasileiras às melhores práticas internacionais. Essa norma não apresentou impacto em nossas demonstrações, uma vez que já aplicávamos essa metodologia. (b) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - e CPC 37 (R1) Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) emitiu a Revisão de Pronunciamento Técnico 27, que apresenta alterações ao CPC 02 (R2) e ao CPC 37 (R1), especificando avaliação de conversibilidade de moeda, determinação da taxa à vista e divulgações correlatas. Não houve impacto em nossas demonstrações. (c) Emenda OPCO 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de Emissão (allowances) e Créditos de Descarborização (CBOI): A Resolução CVM nº 223 torna obrigatória para as Companhias abertas a orientação do OPCO 10, que direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarborização (CBOI) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23. A Resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não houve impactos nas divulgações da Companhia. 3.2. **Pronunciamentos novos, mas ainda não vigentes:** (a) CBPS 1/IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade: A norma tem como objetivo exigir que as entidades divulguem informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade, de forma a fornecer dados relevantes aos principais usuários dos relatórios financeiros de propósito geral, apoiando a tomada de decisões quanto ao fornecimento de recursos à entidade. (b) CBPS 2/IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima: Esta norma tem como objetivo estabelecer requisitos para a identificação, mensuração e divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima. Essas informações devem ser úteis aos principais usuários dos relatórios financeiros de propósito geral, auxiliando na tomada de decisões sobre o fornecimento de recursos à entidade. A Companhia está se preparando para o cumprimento antecipado da divulgação das informações relacionadas as normas CBPS 1 e CBPS 2, com publicação em 2026. (c) Norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: A norma tem como objetivo aprimorar a apresentação das demonstrações financeiras, com ênfase especial na demonstração do resultado, ao exigir a classificação das receitas e despesas nas seguintes categorias: atividades operacionais, de investimento, de financiamento, tributos sobre o lucro e operações descontinuadas. Adicionalmente, a norma determina a divulgação, por meio de notas explicativas, de medidas de desempenho definidas pela administração - subtotais de receitas e despesas que não estão especificados na minuta ou em outros pronunciamentos, interpretações ou orientações emitidas pelo CPC - mas que são utilizados em comunicações públicas para expressar a perspectiva da administração sobre determinados aspectos do desempenho financeiro da entidade. A norma também introduz novos princípios para a agregação e desagregação das informações, tanto na apresentação das demonstrações financeiras quanto nas respectivas notas

explicativas. A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os requisitos e se preparando para implantar essa alteração. Não existem normas IFRS ou interpretações IFRIC ainda não vigentes que possam gerar impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia ou de suas controladas.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. **Instrumentos financeiros - Política contábil:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Essencialmente, são instrumentos financeiros que conferem um direito ou uma obrigação, como ações, títulos de dívida, derivativos, entre outros. 4.1.1. **Classificação dos instrumentos financeiros:** A classificação depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócios para a gestão destes instrumentos financeiros. Na C&A estão classificados em: **i. Custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais e partes relacionadas. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente depende da sua classificação. No caso de fornecedores, empréstimos, contas a pagar com partes relacionadas e arrendamento mercantil a pagar são classificados como passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. **ii. Valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria contempla as aplicações em títulos e valores mobiliários mantidas para negociação e as operações de swap que tem como objetivo proteger os empréstimos em moeda estrangeira. **iii. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos e passivos financeiros classificados nessa categoria são operações com derivativos em que se aplica a contabilidade de hedge ("hedge accounting"). Também contempla as aplicações em títulos públicos mantidas como disponíveis para venda ou recebimento de juros contratuais. A C&A adota *hedge accounting* e designa os contratos a termos futuros (NDF) como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos são determinados com base na taxa de câmbio e curva de juros. 4.1.2. **Categorias de instrumentos financeiros e seus valores:** Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos e os critérios de mensuração são apresentados de acordo com as seguintes categorias: (a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos. (b) Nível 2 - inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). (c) Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). 4.1.3. **Instrumentos financeiros e valor justo:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros da C&A foi avaliado em 31 de dezembro de 2025 e 2024, utilizando a hierarquia na categoria nível 2, que corresponde a dados observáveis significativos. A C&A não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo classificados no Nível 3 da hierarquia do valor justo. Dessa forma, não são apresentadas divulgações adicionais relacionadas a esse nível, uma vez que não há utilização de premissas não observáveis na mensuração de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida no resultado financeiro.

6.2. Composição dos títulos e valores mobiliários:

Indexador	Taxa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	SELIC	100%	-	199.600	160.704
FIDC - C&A Pay	100%	757.850	854.604	-	-
Fundo de investimento renda fixa	-	-	-	69.254	8.606
		757.850	854.604	268.854	169.310
Ativo circulante					
Ativo não circulante				757.850	854.604
6.3. FIDC C&A Pay: Em 2023, foram iniciadas as operações do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, não padronizados, sob a forma de condomínio fechado. As cotas somente serão resgatadas ao término do prazo de duração da respectiva série ou em caso de liquidação do Fundo. O Fundo é regido por regulamento interno e regulado pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 175/2022 e demais disposições legais regularmente aplicáveis. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o balanço patrimonial do FIDC C&A Pay está demonstrado abaixo:					

	2025		2024	
	FIDC ajustado (a)	FIDC ajustado (a)	FIDC ajustado (a)	FIDC ajustado (a)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.641	2.641	117.035	117.035
Aplicações financeiras	76.158	76.158	10.374	10.374
Contas a receber	872.198	745.663	868.190	775.288
Outros créditos	3.987	3.987	8.407	8.407
Total do ativo	954.984	828.449	1.004.006	911.104
Passivo e patrimônio líquido				
Contas a pagar	77.413	70.599	62.793	56.499
Patrimônio líquido	877.571	757.850	941.213	854.604
Total do passivo e do patrimônio líquido	954.984	828.449	1.004.006	911.103

(a) Os ajustes de consolidação são compostos pela eliminação da diferença da receita de juros registradas no FIDC, decorrente do efeito do desajuste na operação de cessão de recebíveis entre C&A PAY e o FIDC.

7. CONTAS A RECEBER

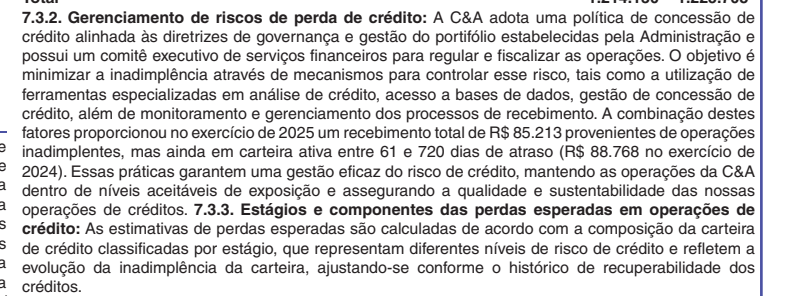
7.1. **Política contábil:** As contas a receber são apresentadas pelos seus valores de realização, líquidos do ajuste a valor presente e das perdas esperadas calculadas conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 48. Esses saldos compreendem os valores a receber decorrentes da venda de mercadorias aos clientes, realizadas por meio de cartões de crédito de terceiros e por meio do cartão digital próprio disponibilizado via C&A Pay. As vendas a prazo são ajustadas a valor presente na data-base das demonstrações financeiras, utilizando taxas de mercado que refletem o spread de risco da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa média aplicada foi de 1,17% a.a. (perda: 0,98% a.m.), e a realização do ajuste é reconhecida como receita de vendas. A C&A mensura as perdas de créditos esperadas (PECLD) com base no modelo simplificado do CPC 48, que não considera a avaliação de risco e crédito cliente a cliente, ao invés isto considera a carteira de massa baseado em dados históricos, projeções econômicas, avaliação contínua do risco e estimativas futuras de comportamento de crédito, reconhecendo-as ao longo da vida dos ativos financeiros. A metodologia abrange tanto os saldos ativos quanto os limites de crédito não utilizados. Créditos vencidos sem expectativa de recuperação são baixados como prejuízo (*write-off*) a partir de 721 dias de inadimplência, com reversão das provisões previamente constituídas. No âmbito das negociações de crédito, a C&A aplica políticas específicas para clientes com dificuldade de pagamento, ajustando o termo conforme o perfil de crédito. As operações negociadas são classificadas no estágio 3 da carteira de recebíveis, impactando o provisionamento de perdas esperadas. Nessas casas, a mensuração passa a considerar o novo fluxo de caixa esperado e o risco associado. 7.2. **Composição das contas a receber:** A tabela abaixo detalha a composição das contas a receber, segregada entre operadores de cartão, operações do cartão digital C&A Pay, e outras categorias. O saldo das contas a receber é influenciado pela sazonalidade do negócio.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Operadoras de cartão	875.801	997.842	875.801	997.842
Cartão C&A Pay - terceiros	77.722	53.276	-	-
Ajuste a valor presente	(12.317)	(13.686)	(12.317)	(13.686)
Perdas de crédito esperadas	(371)	(2.693)	(324.162)	(377.040)
Contas a receber - clientes	940.835	1.034.739	1.732.539	1.817.923
Contas a receber - parceiros de negócios	21.292	54.152	20.744	56.994
Perdas de crédito esperadas	-	(12.096)	-	(12.096)
Outras contas a receber	21.292	42.056	20.744	44.898
Total das contas a receber	962.127	1.076.795	1.753.283	1.862.821

(a) Valor referente às vendas realizadas através do cartão digital próprio da C&A e reembolso de compartimentos de despesas. Durante 2025, a C&A Modas antecipou R\$ 2.625.939 (R\$2.342.066 em 2024) em recebíveis com a C&A Pay SCD, gerando custo financeiro de R\$ 69.199 (R\$44.720 em 2024). As taxas das operações variaram de 1,04% a 1,25% ao mês (ante 0,91% a 1,05% a.m. em 2024). Os encargos foram registrados como despesa financeira na C&A Modas e como receita financeira na C&A Pay SCD. 7.2.1. **Movimentação das perdas estimadas em crédito:** A seguir apresentamos a movimentação das perdas estimadas em crédito:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Constituição	(14.789)	(389.136)	(14.789)	(389.136)
(+) Baixa	(91)	(124.756)	(91)	(124.756)
Total	(14.880)	(513.892)	(14.880)	(513.892)

7.3. **Gerenciamento de riscos de perda de crédito:** A C&A adota uma política de concessão de crédito alinhada às diretrizes de governança e gestão do portfólio estabelecidas pela Administração e possui um comitê executivo de serviços financeiros para regular e fiscalizar as operações. O objetivo é minimizar a inadimplência através de mecanismos para controlar esse risco, tais como a utilização de ferramentas especializadas em análise de crédito, acesso a bases de dados, gestão de concessão de crédito, além de monitoramento e gerenciamento dos processos de recebimento. A combinação destes fatores proporcionou no exercício de 2025 um recebimento total de R\$ 85.213 provenientes de operações inadimplentes, mas ainda em carteira ativa entre 61 e 720 dias de atraso (R\$ 88.768 no exercício de 2024). Essas práticas garantem uma gestão eficaz do risco de crédito, mantendo as operações da C&A dentro de níveis aceitáveis de exposição e assegurando a qualidade e sustentabilidade das nossas operações de créditos. 7.3.3. **Estágios e componentes das perdas esperadas em operações de crédito:** As estimativas de perdas esperadas são calculadas de acordo com a composição da carteira de crédito classificadas por estágio, que representam diferentes níveis de risco de crédito e refletem a evolução da inadimplência da carteira, ajustando-se conforme o histórico de recuperabilidade dos créditos.



7.3.2. **Composição da carteira por faixa de vencimento e perda esperada por estágio:** A seguir, apresentamos a composição da carteira de crédito de C&A Pay, segmentada por estágio de estimativa de perdas. A política de estimativa de perdas adapta-se ao estágio do ativo, permitindo uma gestão mais eficaz do risco de crédito.

$$\text{Perda Esperada} = \text{EAD} \times \text{PD} \times \text{EAD} \times \text{LGD}$$

Expected Credit Loss (ECL) = Probability of Default x Exposure at Default x Loss Given Default

7.3.4. **Composição da perda estimada por estágio:** Perda estimada por estágio:

Carteira	C&A Pay			
	A Vencer	Vencida	Total	Perda estimada
Estágio 1	843.010	12.389	855.399	20.995
Estágio 2	12.109	23.281	35.390	12.991
Estágio 3 - Até 360 dias	6.314	140.485	146.799	119.530
Estágio 3 - Acima de 360 dias	861.433	352.697	1.214.130	323.366
Limite de crédito disponível (off balance)	-	-	788.743	155
Total Geral	-	-	2.002.873	323.791
Índice de cobertura sobre carteira de crédito				26,68%

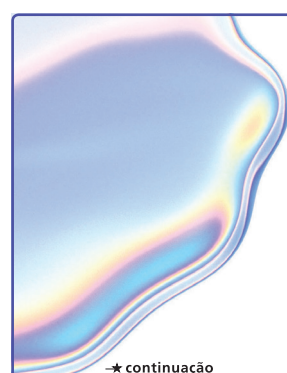
Carteira	C&A Pay			
	A Vencer	Vencida	Total	Perda estimada
Estágio 1	789.854	14.201	804.055	22.396
Estágio 2	13.135	32.440	45.575	14.139
Estágio 3 - Até 360 dias	15.538	179.045	194.583	160.509
Estágio 3 - Acima de 360 dias	-	181.495	181.495	177.159
Limite de crédito disponível (off balance)	-	-	1.220.708	144
Total Geral	-	-	1.956.591	374.347
Índice de cobertura sobre carteira de crédito				30,54%

8. ESTOQUES

8.1. **Política contábil:** Os estoques são mensurados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido. Incluem os custos de transporte até os centros de distribuição, custos incorridos na preparação dos despachos das mercadorias nos centros de distribuição para as lojas, e impostos não recuperáveis. São deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores e do ajuste a valor presente da compra de mercadorias a prazo, o qual é realizado de acordo com o giro do estoque na conta de custo de mercadorias vendidas. A reversão do ajuste a valor presente é apropriada como despesa financeira. O custo de mercadoria importada considera o ganho ou perda de hedge de fluxo de caixa. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. A estimativa para perda nos estoques é constituída baseada em dados históricos com folto de mercadoria, bem como provisões para mercadorias com margens negativas, mercadorias obsoletas e avariadas. As perdas reais são determinadas por meio de inventários físicos realizados anualmente. Os custos de frete para transporte de mercadorias dos centros de distribuição para as lojas são contabilizados diretamente como despesas de vendas no resultado do exercício, no momento que ocorrer.

	Nota	Nível	Controladora		Consolidado		2025		2024	
			Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil
Ativos financeiros										
Custo amortizado										
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	748.512	748.512	1.262.270	1.262.270	774.521	774.521	1.403.225	1.403.225
Contas a receber	7	Nível 2	962.127	962.127	1.076.795	1.076.795	1.753.283	1.753.283	1.862.821	1.862.821
Depósitos judiciais	20	Nível 2	91.358	91.358	144.935	144.935	91.360	91.360	144.940	144.940
Subtotal			1.801.997	1.801.997	2.484.000	2.484.000	2.619.164	2.619.164	3.410.986	3.410.986
Valor justo por meio do resultado										
Títulos e valores mobiliários	6	Nível 1	-	-	-	-	76.159	76.159	10.374	10.374
FIDC C&A Pay	7	Nível 2	757.850	757.850	854.604	854.604	-	-	-	-
Derivativos	-	Nível 2	-	-	6.551	6.551	-	-	6.551	6.551
Subtotal			757.850	757.850	861.155	861.155	76.159	76.159	16.925	16.925
Valor justo por meio outros resultados abrangentes										
Aplicações financeiras	6	Nível 1	-	-	-	-	192.695	192.695	158.936	158.936
Derivativos	-	Nível 2	2.552	2.552	18.255	18.255	2.552	2.552	18.255	18.255
Subtotal			2.552	2.552	18.255	18.255	195.247	195.247	177.191	177.191
Total dos ativos			2.562.399	2.562.399	3.363.410	3.363.410	2.890.570	2.890.570	3.605.102	3.605.102

	Nota	Nível	Controladora		Consolidado		2025		2024	
			Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil
Passivos financeiros										
Custo amortizado										
Arrendamento mercantil	15	Nível 2	(1.780.243)	(1.780.243)	(1.826.876)	(1.826.876)	(1.780.243)	(1.780.243)	(1.826.876)	(1.826.876)
Fornecedores	16	Nível 2	(1.739.341)	(1.739.341)	(2.227.618)	(2.227.618)	(1.746.037)	(1.746.037)	(2.239.504)	(2.239.504)
Empréstimos e debêntures	17	Nível 2	(918.802)	(960.472)	(1.495.693)	(1.495.693)	(918.802)	(960.472)	(1.495.693)	(1.495.693)
Subtotal			(4.438.386)	(4.480.056)	(5.550.187)	(5.552.507)	(4.445.082)	(4.486.752)	(5.562.073)	(5.564.393)
Valor justo por meio outros resultados abrangentes										
Derivativos	-	Nível 2	(1.760)	(1.760)	(319)	(319)	(1.760)	(1,760)	(319)	(319)
Subtotal			(1.760)	(1,760)	(319)	(319)	(1,760)	(1,760)	(319)	(319)
Total dos passivos			(4.440.146)	(4.481.816)	(5.550.506)	(5.552.826)	(4.446.842)	(4.488.512)	(5.562.392)	(5.564.712) </



C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2. Composição dos estoques:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Mercadorias para revenda	1.121.082	995.293
Estoque de matéria-prima	1.133	-
Mercadorias vendidas em trânsito para entrega aos clientes	4.291	1.860
Adiantamento a fornecedor de matéria-prima	57	76
Ajuste a valor presente	(30.112)	(20.145)
Perdas estimadas	(53.491)	(43.180)
	1.042.960	933.904
Importações em andamento	111.906	98.327
	1.154.866	1.032.231

8.3. Movimentação das perdas estimadas:

Movimentação do exercício:	
Controladora e Consolidado	
2025	2024
Saldo em 31 de dezembro de 2023	41.768
(+) Perdas estimadas	95.406
(-) Baixa por utilização	(93.994)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	43.180
(+) Perdas estimadas	106.127
(-) Baixa por utilização	(95.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	53.491

A C&A realiza inventários periódicos de produtos com alto risco de perda ao longo do ano e, anualmente, realiza inventários completos de todos os itens. Durante esses inventários, os ajustes identificados são considerados como perdas efetivas, utilizando as provisões para perdas de inventário registradas para esse fim. Essa provisão, juntamente com as perdas efetivas, é refletida na demonstração do resultado, na linha de "custo das mercadorias vendidas".

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

9.1. Política contábil: São considerados tributos a recuperar os tributos gerados nas operações usuais da C&A, que poderão ser compensados e/ou restituídos por ela, e tributos derivados de ação judicial em que for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos e puder ser mensurado com razoável certeza.

9.2. Composição dos tributos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS/COFINS ações judiciais	763.700	804.944	763.700	804.944
PIS/COFINS corrente	183.294	483.947	183.294	483.947
ICMS corrente	163.534	114.458	163.534	114.458
ICMS ações judiciais	110.761	107.560	110.761	107.560
IR/CS - Imposto de renda e contribuição social	101.257	61.390	109.312	61.390
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	19.063	20.269	19.063	20.738
Outros (a)	10.627	5.009	10.627	5.009
	1.352.236	1.597.577	1.360.908	1.598.046
Ativo circulante	560.872	469.885	569.544	470.354
Ativo não circulante	791.364	1.127.692	791.364	1.127.692

a) Referir-se, substancialmente, a créditos previdenciários.

9.2.1. Expectativa de realização dos tributos a recuperar: Com base nas projeções elaboradas pela Administração, o montante de tributos a recuperar apresenta a seguinte expectativa de realização em 31 de dezembro de 2025:

Ano		Controladora	Consolidado
2026	2027	2025	2024
2026	2027	560.872	569.544
2028	2029	380.756	380.756
2030	2031	235.680	235.680
		137.649	137.649
		17.279	17.279
Total		1.352.236	1.360.908
Ativo circulante		560.872	569.544
Ativo não circulante		791.364	791.364

A Administração avalia continuamente a capacidade de utilização desses tributos, e não espera nenhuma perda por recuperabilidade.

9.2.2. PIS/COFINS ações judiciais:

Controladora e Consolidado	
2025	2024
337.463	396.179
167.646	167.646
163.884	163.884
77.235	77.235
763.700	804.944

ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (a) Ação Judicial Zona Franca de Manaus (b) Ação Judicial Lei do Bem (c) ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS (d)

Movimentações:

2025		2024	
Saldo inicial	804.944	664.919	
(-) Compensações	(110.799)	(144.888)	
(+) Reconhecimento do principal	7.853	122.190	
(+) Reconhecimento dos juros + atualizações	61.702	162.723	
Saldo final	763.700	804.944	

(a) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS: A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema que transitaram em julgamento em 28 de fevereiro de 2019 e 23 de fevereiro de 2022, respectivamente, com decisões favoráveis. O saldo da primeira ação foi integralmente compensado em outubro de 2025.

(b) Crédito Ação Judicial Zona Franca de Manaus (ZFM): Em 30 de novembro de 2020, ocorreu o trânsito em julgado favorável à Companhia, em que foi reconhecido o direito em equiparar as vendas realizadas na ZFM à exportação e, portanto, em reconhecer a não incidência do PIS e da COFINS sobre as receitas geradas na ZFM, bem como o direito de redução do benefício do REINTEGRA.

(c) Crédito Ação Judicial Lei do Bem: Em 18 de março de 2023, houve o trânsito em julgado do processo no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), com decisão favorável à Companhia, convalidando o direito já reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 27 de outubro de 2022, reconhecendo o direito de usufruir do benefício de redução a zero das alíquotas do PIS e da COFINS, prevista pela Lei nº 11.196/2005 (conhecida como "Lei do Bem"), para a venda a varejo de smartphones produzidos no país até 31 de dezembro de 2018.

(d) ICMS-ST na base de cálculo do PIS e da COFINS: Em decisão unânime proferida pelo STJ em recurso repetitivo do Tema 1125 firmou-se a tese que o ICMS-ST não compõe a base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS devidas pelo contribuinte substituído no regime de substituição tributária progressiva.

A Companhia possui duas ações judiciais sobre o tema com decisões favoráveis, aguardando o trânsito em julgado dos processos.

9.2.3. Créditos relativos ao ICMS: (a) Crédito Ação Judicial Alíquota do ICMS sobre o fornecimento de energia elétrica: Em dezembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral (Recurso Extraordinário 714.139/SC), fixou o entendimento pela aplicação da alíquota geral, em detrimento da alíquota majorada, relativa ao ICMS incidente sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicação. Assim, embora sem o trânsito em julgado em suas ações distribuídas entre os anos de 2015 e 2016, a Companhia avalia como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$93.582 (R\$87.201 em 31 de dezembro de 2024).

(b) Crédito Ação Judicial DIFAL - vend consumidor final não contribuinte do ICMS: Em 30 de março de 2022, houve o trânsito em julgado do *leading case* (RE 1287019), referente ao Tema 1093, julgado pelo STF em sede de repercussão geral, que declarou inconstitucional a cobrança da Diferença de Alíquotas do ICMS - DIFAL nas operações interestaduais envolvendo consumidores finais não contribuintes do imposto, até que fosse editada lei complementar a este respeito. Diante deste cenário, a Companhia reconheceu contabilmente os valores de suas ações judiciais ajuizadas em dezembro de 2018, cujo saldo atualizado é de R\$19.134 (R\$17.476 em 31 de dezembro de 2024).

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

10.1. Política contábil: Ativos e passivos tributários são mensurados ao valor recuperável esperado ou ao valor a pagar às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas de 15%, acrescida de um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$20.000 a cada mês para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são resultados negativos apurados em períodos anteriores que podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável apurado em cada exercício, sem prazo de prescrição para compensação. O IRPJ e CSLL diferidos são reconhecidos quando existe uma diferença temporária entre os saldos fiscais e contábeis, dado que os créditos e débitos tributários não estão sujeitos a prazos prescricionais, e são decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência, prejuízos fiscais, operações de arrendamento, bases negativas e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os créditos estão substanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável. Em 27 de dezembro de 2024, foi publicada a Lei nº 15.079, que instituiu o Adicional da CSLL com o objetivo de adequar a legislação brasileira às Regras GloBE, alinhando o país ao Pilar 2 do Projeto BEPS da OCDE, cuja diretriz estabelece uma alíquota mínima global de 15% para grupos multinacionais com faturamento anual superior a C 750 milhões. A Companhia não foi impactada pelas normas relacionadas ao Pilar 2, uma vez que sua alíquota efetiva consolidada no exercício foi de 19%, permanecendo, portanto, acima do patamar mínimo estabelecido pelas referidas regras. A Administração exerce julgamento significativo para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e no nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Ao final de cada exercício, a recuperabilidade dos tributos diferidos é avaliada, e baixas são efetuadas na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir sua utilização.

10.2. Composição e movimentação dos tributos diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízos fiscais e bases negativas	380.876	(38.072)	-	342.804
Diferenças temporárias				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	98.604	(35.885)	-	62.719
Provisão para perda de estoques e contas a receber	19.798	19.053	-	38.851
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	5.840	(3.345)	-	2.495
Provisão para participação no lucro	33.841	(9.021)	-	24.820
Arrendamentos CPC 06 (R2)	104.745	4.732	-	109.477
Ajustes a valor justo	-	1.539	-	1.539
Realização deságio FIDC	16.091	17.504	-	33.595
Perdas de créditos esperadas FIDC	8.289	(8.289)	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	7.170	5.504	-	12.674
Provisão de gastos para devolução de lojas	12.850	1.135	-	13.985
Outras (a)	51.050	3.153	3.493	57.696
	739.154	(41.992)	3.493	700.655
Ativo fiscal diferido	181.402	17.908	-	(163.494)
Créditos extemporâneos	(10.945)	3.205	-	(7.740)
Ajustes a valor presente	(2.227)	2.227	-	-
Ajustes a valor justo	(194.574)	23.340	-	(171.234)
Passivo fiscal diferido	544.580	(18.652)	3.493	529.421
Saldo líquido de ativo fiscal diferido				

Sistemas de informática
Fundo de comércio
Direito de exploração de serviços financeiros
Intangível em andamento

14. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

14.1. Política contábil: A Administração revisa, ao final de cada exercício, o valor contábil líquido dos ativos para avaliar possíveis eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável. Quando identificadas tais evidências e constatado que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma estimativa de desvalorização (*impairment*), ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é considerada uma unidade geradora de caixa independente, com exceção da loja localizada no Shopping Iguatemi de São Paulo, que é considerada uma loja conceito, e gera benefícios para as demais operações da C&A. A Companhia utiliza como indicativo de perda de valor recuperável as lojas que, ao final do exercício, apresentam EBITDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) negativo e/ou que sofreram *impairment* no ano anterior. Para tanto, as lojas devem ter mais de três anos de operação, idade em que são consideradas maduras para a Companhia. O ativo intangível com vida útil indefinida, referente ao direito de exploração dos serviços financeiros, é submetido a testes de *impairment* anualmente. A avaliação da redução ao valor recuperável é baseada em previsões e orçamentos financeiros detalhados, elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa à qual os ativos estão alocados. Uma taxa

média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros, com premissas-chave baseadas na experiência passada e alinhadas a fontes externas de informação. Além disso, a Companhia registra estimativa para redução ao valor recuperável em casos de fechamento de lojas, quando estas são aprovadas pela Administração. A estimativa para perda é constituída no montante estimado para baixa de ativos, sendo revertida no momento da efetiva baixa.

14.2. Avaliação do valor recuperável por unidade geradora de caixa (UGC): A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração, observando a consistência com os resultados apresentados no passado. Para a elaboração do fluxo de caixa descontado, foram consideradas as premissas abaixo: I. Taxa de desconto: calculada considerando a taxa livre de risco, o risco do negócio, a taxa cobrada pelo capital de terceiros e a estrutura de capital da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 13,27% a.a. Para o cálculo da taxa de desconto, a Companhia considera o passivo de arrendamento como parte da atividade de financiamento. II. Receitas: projetadas até o prazo final do contrato de aluguel da loja; e III. Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas, corrigidos por uma inflação estimada de 4,5% a.a. para 2026 e 4% a.a. para os períodos subsequentes, baseadas em estimativa do Banco Central. Na data-base 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantém provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

14.3. Movimentação do intangível: 14.3.1. Controladora:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízos fiscais e bases negativas	380.876	(38.072)	-	342.804
Diferenças temporárias				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	98.604	(35.885)	-	62.719
Provisão para perda de estoques e contas a receber	19.798	19.053	-	38.851
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	5.840	(3.345)	-	2.495
Provisão para participação no lucro	33.841	(9.021)	-	24.820
Arrendamentos CPC 06 (R2)	104.745	4.732	-	109.477
Ajustes a valor justo	-	1.539	-	1.539
Realização deságio FIDC	16.091	17.504	-	33.595
Perdas de créditos esperadas FIDC	8.289	(8.289)	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	7.170	5.504	-	12.674
Provisão de gastos para devolução de lojas	12.850	1.135	-	13.985
Outras (a)	51.050	3.153	3.493	57.696
	739.154	(41.992)	3.493	700.655
Ativo fiscal diferido	181.402	17.908	-	(163.494)
Créditos extemporâneos	(10.945)	3.205	-	(7.740)
Ajustes a valor presente	(2.227)	2.227	-	-
Ajustes a valor justo	(194.574)	23.340	-	(171.234)
Passivo fiscal diferido	544.580	(18.652)	3.493	529.421
Saldo líquido de ativo fiscal diferido				

Sistemas de informática
Fundo de comércio
Direito de exploração de serviços financeiros
Intangível em andamento

14.4. Avaliação do valor recuperável (impairment):

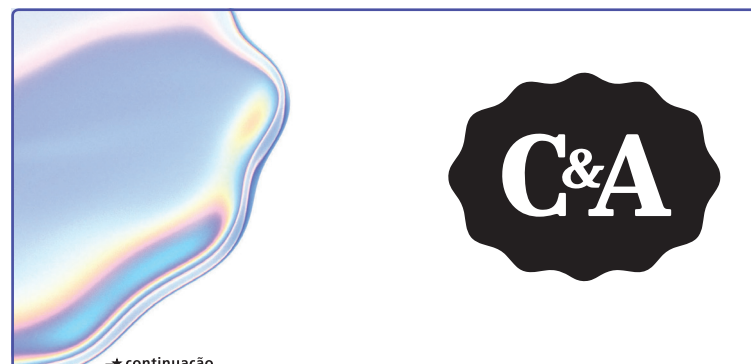
14.1. Política contábil: A Administração revisa, ao final de cada exercício, o valor contábil líquido dos ativos para avaliar possíveis eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável. Quando identificadas tais evidências e constatado que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma estimativa de desvalorização (*impairment*), ajustando o valor contábil ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Cada loja é considerada uma unidade geradora de caixa independente, com exceção da loja localizada no Shopping Iguatemi de São Paulo, que é considerada uma loja conceito, e gera benefícios para as demais operações da C&A. A Companhia utiliza como indicativo de perda de valor recuperável as lojas que, ao final do exercício, apresentam EBITDA (Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) negativo e/ou que sofreram *impairment* no ano anterior. Para tanto, as lojas devem ter mais de três anos de operação, idade em que são consideradas maduras para a Companhia. O ativo intangível com vida útil indefinida, referente ao direito de exploração dos serviços financeiros, é submetido a testes de *impairment* anualmente. A avaliação da redução ao valor recuperável é baseada em previsões e orçamentos financeiros detalhados, elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa à qual os ativos estão alocados. Uma taxa

média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros, com premissas-chave baseadas na experiência passada e alinhadas a fontes externas de informação. Além disso, a Companhia registra estimativa para redução ao valor recuperável em casos de fechamento de lojas, quando estas são aprovadas pela Administração. A estimativa para perda é constituída no montante estimado para baixa de ativos, sendo revertida no momento da efetiva baixa.

14.2. Avaliação do valor recuperável por unidade geradora de caixa (UGC): A Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, após o imposto de renda, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração, observando a consistência com os resultados apresentados no passado. Para a elaboração do fluxo de caixa descontado, foram consideradas as premissas abaixo: I. Taxa de desconto: calculada considerando a taxa livre de risco, o risco do negócio, a taxa cobrada pelo capital de terceiros e a estrutura de capital da Companhia. A taxa de desconto utilizada foi de 13,27% a.a. Para o cálculo da taxa de desconto, a Companhia considera o passivo de arrendamento como parte da atividade de financiamento. II. Receitas: projetadas até o prazo final do contrato de aluguel da loja; e III. Custos e despesas: projetados no mesmo exercício das receitas, corrigidos por uma inflação estimada de 4,5% a.a. para 2026 e 4% a.a. para os períodos subsequentes, baseadas em estimativa do Banco Central. Na data-base 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia mantém provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

14.3. Movimentação do intangível: 14.3.1. Controladora:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízos fiscais e bases negativas	380.876	(38.072)	-	342.804
Diferenças temporárias				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	98.604	(35.885)	-	62.719
Provisão para perda de estoques e contas a receber	19.798	19.053	-	38.851
Provisão perda de imobilizado e ativo de direito de uso	5.840	(3.345)	-	2.495
Provisão para participação no lucro	33.841	(9.021)	-	24.820
Arrendamentos CPC 06 (R2)	104.745	4.732	-	109.477
Ajustes a valor justo	-	1.539	-	1.539
Realização deságio FIDC	16.091	17.504	-	33.595
Perdas de créditos esperadas FIDC	8.289	(8.289)	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	7.170	5.504	-	12.674
Provisão de gastos para devolução de lojas	12.850	1.135	-	13.985
Outras (a)	51.050	3.153	3.493	57.696
	739.154	(41.992)	3.493	700.655
Ativo fiscal diferido	181.402	17.908	-	(163.494)
Créditos extemporâneos	(10.945)	3.205	-	(7.740)
Ajustes a valor presente	(2.227)	2.227	-	-
Ajustes a valor justo	(194.574)	23.340	-	(171.234)
Passivo fiscal diferido	544.580	(18.652)	3.493	529.421
Saldo líquido de ativo fiscal diferido				
			</	



C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza	Teste de recuperabilidade		Operações descontinuadas, reformas e encerramentos de lojas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Imobilizado	(2.509)	-	(435)	(5.166)	(2.944)	(5.166)
Intangível	-	-	(384)	(7.111)	(384)	(7.111)
Subtotal	(2.509)	-	(819)	(12.277)	(3.328)	(12.277)
Direito de uso	(2.015)	(4.900)	(1.419)	(6.034)	(3.434)	(10.934)
Total	(4.524)	(4.900)	(2.238)	(18.311)	(6.762)	(23.211)

14.3. **Avaliação do valor recuperável do ativo intangível sem vida útil definida:** A recuperabilidade do ativo "direito de exploração dos serviços financeiros" é avaliada anualmente com base no método do valor em uso, utilizando as melhores estimativas fornecidas pela Administração quanto ao desempenho futuro do negócio. Essa avaliação considerou a análise de dados gerenciais históricos, entrevistas com a Administração e a revisão dos resultados obtidos. As principais premissas são: I. Valor do ativo: R\$ 415 milhões; II. Data-base avaliação: 31 de dezembro de 2025; III. Taxa de desconto: calculada pelo método do custo de capital próprio. A taxa de desconto utilizada foi de 14,32% a.a.; IV. Horizonte de projeção: Foram projetados fluxos de caixa para o período a partir de 1 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2035, totalizando 10 anos. A partir de 2036 a projeção considera a estabilização do fluxo, com crescimento apenas inflacionário; V. Valor residual - Calculado por meio de perpetuidade considerando crescimento estabilizado relativo à inflação esperada no longo prazo (5%); VI. Receitas: projetadas considerando emissão de cartão, churn (cancelamentos), gasto médio por cartão, entre outras variáveis; VII. Despesas: projetadas considerando despesas de taxa de processamento de cartões (interchange), despesas operacionais e provisão para perda. O valor recuperável do ativo "direito de exploração dos serviços financeiros" é superior ao seu valor contábil, e por este motivo, nenhuma estimativa para perda ao valor recuperável é reconhecida.

15. ARRENDAMENTOS

15.1. **Política contábil:** Um contrato é ou contém um arrendamento se por meio dele é transferido o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se: * tem o direito de operar o ativo, ou * projeto o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado. No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo com direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento. A C&A utilizou, como componente do custo, os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas, brutos de PIS e COFINS. Aos montantes de ativo por direito de uso também são adicionados os pagamentos antecipados de arrendamentos e provisões para restauração de lojas, deduzidos dos incentivos recebidos de arrendadores. Os valores de pagamentos especificamente variáveis são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental, definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente à que a C&A teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante. A C&A aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos, considerando o disposto na Lei nº 8.245 (Lei do Inquilinato), que concede ao arrendatário o direito de renovações contratuais quando determinadas condições forem atendidas, bem como práticas passadas referentes ao sucesso da C&A na renovação de seus contratos. A avaliação se a C&A está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que pode afetar significativamente o valor do passivo de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. Os contratos vencidos que estão em ação renovatória não são considerados, pois ainda não constituem um direito nem é possível determinar qual o valor que esse contrato representa. Baseado no histórico das últimas renovações, e que os prazos e valores negociados diferem substancialmente dos contratos vencidos, a C&A considera as renovações como um novo contrato, portanto não considera renovação no prazo. 15.2. **Taxa de juros incremental:** A C&A determina suas taxas de juros incrementais com base nas curvas de créditos disponibilizadas pela ANBIMA, que refletem diferentes prazos e níveis de risco no mercado brasileiro. As taxas extraídas são ajustadas à realidade da C&A, considerando seu perfil de crédito. As taxas são atualizadas mensalmente e a cada novo contrato de arrendamento.

15.3. **Movimentação de saldos do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento (Controladora e Consolidado)**

Prazos dos contratos	2025		2024	
	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)	Taxa Real (% a.a.)	Taxa Nominal (% a.a.)
de 0 a 3 anos	6,1 - 9,4	14,1 - 16,3	5,3	12,3
de 3 a 5 anos	6,4 - 8,2	13,9 - 16,1	2,1 - 8,8	6,6 - 15,3
de 5 a 6 anos	6,2 - 7,6	13,5 - 15,6	3,5 - 7,5	11,8 - 15,3
de 6 anos a 10 anos (ou mais)	6,6 - 9,1	14,2 - 17,2	6,5 - 9,4	11,6 - 16,2

15.3.1. **Movimentação do ativo de direito de uso**

	Ativo por direito de uso		Passivo de arrendamento
	Imóveis	Equipamentos	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.633.086	22.890	1.655.976
Amortização	(354.203)	(4.444)	(358.647)
Encargos financeiros	-	-	(185.061)
Encargos financeiros	-	-	519.086
Provisão para custos de desmontagem	9.429	-	9.429
Pagamentos antecipados	2.179	-	2.179
Redução ao valor recuperável	(10.934)	-	(10.934)
Contratos novos/renovados/encerrados	84.654	7.817	92.471
Remensuração	138.410	1.025	139.435
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.502.621	27.288	1.529.909
Amortização	(369.517)	(6.183)	(375.700)
Encargos financeiros	-	-	(191.167)
Encargos financeiros	-	-	545.538
Provisão para custos de desmontagem	3.240	-	3.240
Pagamentos antecipados	561	-	561
Contratos novos	94.042	-	94.042
Rescisões contratuais	(25.756)	-	(25.756)
Remensuração	247.258	994	248.252
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.452.449	22.099	1.474.548

Passivo não circulante (372.743)

Passivo não circulante (1.407.500)

O montante apresentado acima não está deduzido dos créditos de PIS/COFINS sobre o pagamento de arrendamentos, no valor de R\$ 48.585 (R\$ 46.386 em 2024), e sobre os juros, no valor de R\$ 15.360 (R\$14.148 em 2024). Esses créditos foram registrados diretamente no resultado como reduções da despesa de amortização e de juros. Em 2025, houve a renovação de 30 contratos, 21 novos contratos e 4 encerrados (em 2024, houve a renovação de 28 contratos e 11 novos contratos). 15.4. **Comparação de projeções de arrendamentos entre os cenários:** Atendendo ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019 e com o objetivo de proporcionar ao mercado uma visão completa dos diversos efeitos que surgem com a aplicação de modelos com e sem impacto de pagamentos mínimos dos arrendamentos, usando uma mesma taxa de juros incremental para desconto (6,1% a 17,2%), são apresentados a seguir os saldos comparativos do passivo do arrendamento do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização do atual exercício social de acordo com os seguintes cenários:

Cenários	Taxa Incremental		Fluxo de pagamentos futuros	
	1	2	Nominal	Com projeção da inflação
1			Nominal	Sem projeção da inflação

O cenário 2 foi o adotado pela C&A para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme determina o CPC 06 (R2)/IFRS16. Apresentamos abaixo os saldos comparativos do passivo de arrendamento:

Cenários	Passivo de arrendamento		Encargos financeiros		Despesa de depreciação		Total de despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cenário 1	1.951.336	113.770	414.411	528.181	-	-	1.536.927	1.056.361
Cenário 2 (contabilizado)	1.780.243	191.294	375.701	566.995	-	-	1.406.244	1.158.289

15.5. **Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS (Controladora e Consolidado)**

Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor justo dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

Com vencimento	Direito Potencial		Pagamentos de PIS/COFINS (a)		Pagamentos de PIS/COFINS (b)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Menos de um ano	547.966	(49.005)	522.899	(47.372)	522.899	(47.372)
De um a cinco anos	1.406.133	-	1.407.659	(126.305)	1.407.659	(126.305)
Mais de cinco anos	502.386	-	551.011	(49.119)	551.011	(49.119)
Total dos pagamentos mínimos	2.456.485	(49.005)	2.481.569	(222.795)	2.481.569	(222.795)
Desconto ao valor presente dos pagamentos mínimos	(676.242)	16.711	(654.693)	58.566	(654.693)	58.566
Valor presente dos pagamentos mínimos	1.780.243	(32.294)	1.826.876	(164.229)	1.826.876	(164.229)
Passivo circulante	372.743	-	352.734	-	352.734	-
Passivo não circulante	1.407.500	-	1.474.142	-	1.474.142	-

O direito potencial PIS/COFINS corresponde ao valor que a C&A poderá recuperar caso os pagamentos futuros de arrendamentos se realizem. Com a promulgação da Emenda Constitucional 132/2023, esses pagamentos gerarão créditos de PIS e COFINS apenas até 31 de dezembro de 2026, uma vez que essas contribuições serão extintas e substituídas pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), cuja alíquota ainda será definida por regulamentação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a despesa relativa aos 21 contratos de arrendamento variável foi de R\$17.613 (18 contratos no mesmo exercício de 2024 no montante R\$6.071). As despesas relativas a arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor totalizaram R\$16.281 (R\$7.639 no mesmo exercício de 2024), e se referem à aluguel de impressoras, empilhadeiras e lojas em ação renovatória de aluguel. Devido à baixa relevância, não estão sendo apresentados o compromisso futuro dos pagamentos mínimos dos arrendamentos de ativos de baixo valor e contratos de curto prazo, bem como as despesas projetadas e a análise de sensibilidade dos arrendamentos variáveis.

A C&A não fornece imóveis em garantia para nenhuma de suas operações.

16. FORNECEDORES

16.1. **Política contábil:** Fornecedores representam as obrigações da C&A decorrentes da compra de produtos, serviços, gastos com ocupação, imobilizado e intangível. As operações de compras de mercadorias a prazo são ajustadas ao valor presente na data das transações. A contrapartida do ajuste a valor presente dos fornecedores de mercadorias é efetuada contra os estoques e a recomposição dos juros é registrada *pro rata die* e lançada como despesa financeira. Para os demais fornecedores a contrapartida do ajuste a valor presente e a recomposição dos juros são efetuados diretamente como despesa financeira. As taxas de juros mensais utilizadas para o cálculo a valor presente dos fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 1,17% e 0,97%, respectivamente.

16.2. **Composição dos saldos:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores de mercadorias	734.876	716.403	734.877	716.403
Fornecedores - Partes Relacionadas (a)	125.046	103.085	115.974	98.521
Fornecedor Brasacard (b)	-	608.563	-	608.563
Fornecedores de materiais, ativos e serviços	486.289	471.068	502.056	487.518
Ajuste a valor presente	(28.075)	(21.544)	(28.075)	(21.544)
Total	1.318.136	1.877.575	1.324.832	1.889.461

Passivo circulante 1.318.136

Passivo não circulante 218

(a) Refere-se às transações com C&A Sourcing relacionadas às compras de mercadoria importadas do Oriente; (b) Refere-se ao montante a pagar referente à aquisição do direito de exploração de serviços financeiros, também chamado de "balcão Bradesco" pelo valor de R\$ 415 milhões, que está registrado como ativo intangível. O montante atualizado foi registrado no resultado como atualização monetária contra as despesas financeiras no subgrupo "juros com fornecedores" (nota 28). O valor corrigido de R\$ 650 milhões foi liquidado em 23 de junho de 2025. 16.3. **Obrigações de Risco Sacado:** A C&A firma acordos de financiamento com seus fornecedores e a participação no acordo é opcional para eles. Os fornecedores que aderem ao acordo de financiamento recebem o pagamento antecipado das faturas enviadas a C&A por meio de instituições financeiras externas, através do pagamento de uma taxa à instituição financeira, da qual a C&A não é parte. Para que a instituição financeira pague as faturas, os bens devem ter sido recebidos e as faturas devem ser aprovadas pela C&A. Os pagamentos aos fornecedores antes da data de vencimento da fatura são processados pela instituição financeira e, em todos os casos, a C&A quita a fatura original pagando a instituição financeira de acordo com a data de vencimento original mencionada. O convênio não altera as características das condições comerciais, prazos e preços anteriormente estabelecidos entre a C&A e seu fornecedor, e, por este motivo, os saldos

a pagar foram considerados como passivos operacionais. Caso os saldos de obrigações de risco sacado fossem considerados como passivos financeiros, o cumprimento das cláusulas de *covenants* estaria mantido.

Obrigações de Risco Sacado (a)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Intervalo de vencimento dos pagamentos:	104 dias	107 dias	104 dias	107 dias
Fornecedores e outras contas a pagar que não fazem parte das operações de risco sacado	103 dias	90 dias	103 dias	90 dias

(a) Todos os fornecedores receberam os pagamentos diretamente do banco com o qual o contrato foi firmado. A C&A recebeu com essa operação uma comissão no montante de R\$14.729 referente ao exercício de 2025 (R\$14.960 durante o exercício de 2024). Durante o mesmo exercício, a taxa de

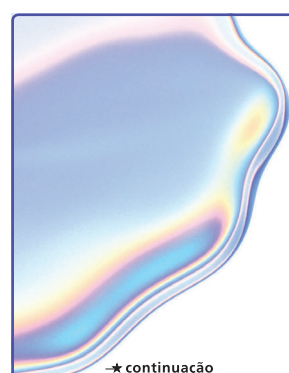
17.2. **Composição dos empréstimos e debêntures (Controladora e Consolidado):**

Descrições	Taxas a.a.	Emissão	Valor Saldo 2024		Movimentação no ano		Vencimentos							
			2025	2024	2025	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030		
Em moeda nacional														
Debêntures 1ª Emissão série única	100% CDI + 2,15%	05/2021	500.000	136.178	(134.280)	(6.570)	7.672	-	-	-	-	-	-	-
Notas Comerciais - série única, 1ª emissão	100% CDI + 2,45%	03/2022	250.000	259.262	(250.000)	(42.596)	33.334	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures 2ª Emissão 1ª série	100% CDI + 2,10%	04/2022	247.500	188.070	(185.087)	(28.890)	25.907	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures 2ª Emissão 2ª série	100% CDI + 2,40%	04/2022	352.500	55.712	(13.702)	(7.531)	7.485	41.964	14.559	13.703	13.702	-	-	-
Notas Comerciais - série única, 3ª emissão	100% CDI + 2,70%	05/2023	200.000	81.497	(80.400)	(4.463)	3.366	-	-	-	-	-	-	-
Debêntures 3ª Emissão 1ª série	100% CDI + 1,80%	07/2024	495.963	521.569	-	(65.564)	78.058	534.063	38.099	495.964	-	-	-	-
Notas Comerciais - série única, 4ª emissão	100% CDI + 1,50%	09/2024	70.000	72.137	(70.000)	(10.901)	8.764	-	-	-	-	-	-	-
Notas Comerciais - série única, 5ª emissão	100% CDI + 1,40%	11/2024	80.000	81.336	-	(11.710)	12.239	81.865	81.865	-	-	-	-	-
Debêntures 4ª Emissão 1ª série	100% CDI + 0,80%	09/2025	100.000	-	100.000	-	2.814	102.814	2.815	-	-	33.333	33.333	33.333
Debêntures 4ª Emissão 2ª série	100% CDI + 1,00%	09/2025	200.000	-	200.000	-	5.555	205.555	5.555	-	-	200.000	-	-
(-) Custo de transação				(9.544)			3.755	(5.789)	(3.287)	(1.953)	(284)	(260)	(195)	-
Total moeda nacional			1.386.217	300.000	(733.469)	(181.225)	188.949	960.472	139.796	507.714	246.751	33.073	33.333	33.138
Em moeda estrangeira														
Capital de giro - modalidade 4.131 (h)	USD + 5,35 %	09/2024	USD 17.769	111.796	(95.307)	(7.040)	(9.449)	-	-	-	-	-	-	-
Total moeda estrangeira			1.498.013	300.000	(95.307)	(7.040)	(9.449)	960.472	139.796	507.714	246.751	33.073	33.138	33.138
Total			2.884.230	600.000	(828.776)	(188.265)	179.500	1.920.944	279.592	1.015.428	493.462	66.146	66.471	66.471
Passivo circulante			456.541	-	-	-	139.796	-	-	-	-	-	-	-
Passivo não circulante			1.041.472	-	-	-	820.676	-	-	-	-	-	-	-

17.3. **Custo de transação (Controladora e Consolidado)**

O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos.

Descrição	Emissão	Série	Vencimento/Quitacao	Custos incorridos	Custo de transação				
					31/12/2024	Novos custos	Apropriado no exercício	31/12/2025	



C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br



* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

reservas para contingência, reservas de incentivos fiscais e reservas de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o montante de 100% (cem por cento) do capital social. Uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará, nos termos do artigo 199 da Lei 11.638/07, sobre o excesso, devendo aplicá-lo na integralização, no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Em 31 de dezembro de 2025, baseado no orçamento da Companhia, foram destinados R\$ R\$399.733 (R\$291.293 em 2024) para a reserva de investimento. O saldo da reserva de investimento em 31 de dezembro de 2025 é de R\$1.638.639. **22.7. Reserva para incentivos fiscais:** A C&A goza de incentivos fiscais de ICMS na forma de crédito presumido em razão de sua operação no Estado de Santa Catarina. Assim reconhecemos seus impostos como crédito na demonstração de resultado em exercícios anteriores. A destinação desse incentivo para a reserva de incentivos fiscais está limitada à apuração de lucro no exercício já deduzidas das reservas obrigatórias. Em 31 de dezembro de 2025 o total da reserva para incentivos fiscais é de R\$36.677 (2024: R\$ 36.677). **22.8. Ajustes de avaliação patrimonial:** Refere-se à parcela considerada efetiva dos instrumentos financeiros designados para hedge de fluxo de caixa, conforme nota 4. Adicionalmente, inclui os efeitos da marcação a mercado dos títulos públicos federais, disponíveis para venda, refletindo as variações no valor justo desses ativos ao longo do período.

23. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR (JSCP)
23.1. Política contábil: Conforme previsto no Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais e acrescido da reversão de reservas anteriormente formadas, sendo reconhecido como passivo na data do balanço. Eventuais valores que excederem esse mínimo obrigatório são apresentados como dividendos adicionais propostos na demonstração das mutações do patrimônio líquido e registrados como dividendos a pagar somente na data em que tais dividendos adicionais forem aprovados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios líquidos de imposto de renda retido na fonte, conforme regulado pela resolução CVM nº 143/2022. Em 18 de dezembro de 2025 o Conselho da Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital

próprio, relativo ao exercício de 2025, nos montantes demonstrados na tabela abaixo. O pagamento será realizado no exercício de 2026 em data a ser definida.

23.2. Distribuição de JSCP e dividendos

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	587.087	452.477
(-) Reserva legal	(29.354)	(22.623)
(-) Reserva de incentivos fiscais	-	(22.117)
Base de cálculo dos dividendos	557.733	407.737
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	139.433	101.934
Distribuição dividendos e JSCP		
Distribuição JSCP	158.000	105.000
(-) IRRF sobre JSCP	(18.221)	(14.509)
Dividendos	139.779	101.934

O benefício fiscal obtido com os juros sobre capital próprio de 2025 é de R\$53.720 (R\$35.700 em 2024) e foi reconhecido na demonstração de resultado.

24. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e pelas demais empresas do grupo com o objetivo de viabilizar suas operações. Tais transações ocorrem em condições comutativas, não resultando em benefícios indevidos às partes envolvidas nem em prejuízos à C&A. Essas operações são conduzidas em conformidade com as políticas e normas internas, legislação vigente e seguem as melhores práticas relacionadas a operações dessa natureza. As transações são pactuadas com base em valores de mercado observando as regras de preços de transferência quando aplicável. A seguir, apresentamos a relação e as principais operações que a C&A possui com as partes relacionadas:

Parte relacionada	Tipo de relação	Transações entre partes
Controladoras		
COFRA Investments	Controladora direta	-
Incas SARL	Controladora direta	-
COFRA AG	Controladora indireta final	-
Controladas		
Orion Instituição de Pagamento S.A.	Controladas diretas	-
C&A Pay Holding Financeira Ltda.	Controladas diretas	-
C&A Pay Sociedade de Crédito Direto S.A.	Controladas indiretas	-
C&A Pay Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Cotista fundo de investimento	-
Associações		
C&A Services GmbH	Associada, sem influência significativa	-
C&A Sourcing Limited	Associada, sem influência significativa	-
COFRA Latin America Ltda.	Associada, sem influência significativa	-
Cyamprev Soc. Previd. Privada	Associada, sob influência direta	-
Instituto C&A	Associada, sob influência direta	-

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os saldos em aberto e transações com as partes relacionadas são como segue:

24.1. Transações nos balanços patrimoniais:

Partes relacionadas	Controladora						
	Ativo		Passivo		Resultado		
	Contas a receber/ outros ativos	Fornecedores JCP / Dividendos	Receita/reembolso (custo/despesa)	2025	2024	2025	2024
C&A Pay SCD (a)	77.998	54.122	40	156	-	(124.198)	(78.894)
C&A Sourcing (b)	-	-	118.747	96.744	-	(630.035)	(515.589)
FIDC C&A Pay (c)	-	-	3.211	4.447	-	-	-
COFRA Invest (d)	-	-	-	-	35.630	26.564	-
Incas SARL (d)	-	-	-	-	6.623	26.755	-
Outros (e)	39	488	3.049	1.738	4	3	(4.059)
	78.037	54.610	125.407	103.085	42.257	53.322	(758.292)
							(598.240)

(a) O valor dos encargos sociais sobre a remuneração baseada em ações é calculado com base no valor da ação da C&A Modas da data de reporte e por este motivo está sujeito a oscilações. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025 foi aprovada a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, para o exercício social de 2025, determinada no valor total sem encargos de até R\$37.250 (2024: R\$ 36.331).

25. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES

Foi aprovado em Assembleia Geral ordinária realizada em 02 de outubro de 2019 o plano de remuneração baseado em ações, do qual derivam programas aprovados pelo Conselho de Administração e respectivas outorgas para as pessoas elegíveis. A quantidade final de ações que o executivo poderá efetivamente receber ao final do período de *vesting* dependerá do nível de atingimento das metas de desempenho da C&A, conforme fator de performance previsto em contrato. O direito às ações será adquirido ao término do período de 3 (três) anos contado da data da outorga, desde que os executivos permaneam, durante todo o respectivo período de *vesting*, como empregado, conselheiro, diretor ou profissional de qualquer natureza da C&A. Os encargos sociais incidentes sobre a remuneração baseada em ações são de responsabilidade da C&A e será recolhido por ele no momento da liquidação do programa. Com relação aos tributos incidentes na entrega das ações, cuja responsabilidade seja do participante do plano, a C&A poderá reter e descontar a parcela correspondente a esses tributos da quantidade total de ações, entregando ao executivo somente a quantidade líquida de ações após esta retenção.

25.1. Premissas:

	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Outorgas 2025
Modelo de precificação	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Rendimento dos dividendos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa livre de risco	12,785%	12,97%	11,00%	13,38%
Preço da ação considerado	2,51	4,98	9,50	17,47
Prazo de vida esperado	23/03/2025	10/05/2026	18/04/2027	28/05/2028
Valor justo na data da mensuração	2,66	5,29	10,20	19,71
Volatilidade anualizada esperada	57,58%	66,50%	65,04%	66,16%

Para o cálculo da volatilidade esperada dos retornos foi utilizado o histórico de volatilidade do grupo de pares formado por companhias de negócios similares às operações da C&A. A metodologia de cálculo utilizada foi desvio padrão dos retornos diários das ações dessas Companhias.

Partes relacionadas	Controladora						
	Ativo		Passivo		Resultado		
	Contas a receber/ outros ativos	Fornecedores JCP / Dividendos	Receita/reembolso (custo/despesa)	2025	2024	2025	2024
C&A Sourcing (b)	-	-	118.747	96.744	-	(630.035)	(515.589)
COFRA Invest (d)	-	-	-	-	35.630	26.564	-
Incas SARL (d)	-	-	-	-	6.623	26.755	-
Outros (e)	28	58	3.091	1.777	4	3	(4.170)
	28	58	121.838	98.521	42.257	53.322	(634.205)
							(520.577)

(a) Valor referente as vendas realizadas através do cartão digital próprio da C&A e reembolso de compartimentos de despesas; (b) Fornecedor de mercadorias; (c) Valores a repassar por recebimentos de faturas; (d) Valor encontra-se líquido de impostos. **25.2. Remuneração dos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração:** As despesas (pagas e a pagar) relativas à remuneração da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram como segue:

	Controladora	Consolidado
	2025	2024
Remuneração fixa	17.426	15.465
Remuneração variável	6.813	7.594
Contribuições planos pós empregatícios	90	94
Incentivo de longo prazo	8.166	5.958
Total sem encargos	32.495	29.111
Encargos estimados (a)	14.052	12.056
Total com encargos	46.547	41.167

25.2. Detalhamentos dos programas:

Programa	Data da outorga	Término da carência	Saldo de ações outorgadas		Vigência contratual remanescente (meses)	Resultado 2025		Resultado 2024		Despesa a incorrer (principal)
			Valor justo (R\$)	Principal + encargos		Principal + encargos	Principal			
2019	21/10/2019	21/10/2025	-	-	-	-	-	-	9.759.850	
2022	03/05/2022	23/03/2025	-	-	-	5.615	5.923	4.869	2.068.636	
2023	10/05/2023	10/05/2026	4.178.476	5,29	4,3	27.774	11.599	7.811	(803.561)	
2024	24/05/2024	18/04/2027	1.878.863	10,20	15,8	9.281	4.749	-	(2.236.893)	
2025	26/05/2025	28/05/2028	1.435.996	19,71	29,3	4.775	-	-	(8.788.032)	
			7.493.335	47,45	-	27.140	30.222	1.473.484	1.435.996	
									(56.768)	
									(2.711.413)	
									1.878.863	
									1.435.996	
									7.493.335	

As despesas de pagamentos baseados em ações, líquidas em instrumentos patrimoniais são registradas como despesa de pessoal, administrativa e de vendas, e tem como contrapartida a conta reserva de capital - ações outorgadas. A quantidade de ações é ajustada de acordo com as prescrições e/ou taxa de saída e pelo atingimento das metas de não mercado. Os encargos com despesas de pessoal foram calculados com base no valor da ação da data de reporte e da quantidade de ações a serem outorgadas na data base de 31 de dezembro de 2025 e 2024. Para o cálculo dos encargos, a quantidade é ajustada pelas prescrições, taxa de saída e pelo atingimento da performance. Esses montantes estão contabilizados no Passivo, no grupo de Obrigações Trabalhistas.

25.3. Movimentação das quantidades de ações por programa:

Programa	Outorgas 2019 2ª subst.	Outorgas 2021	Outorgas 2022	Outorgas 2023	Outorgas 2024	Outorgas 2025	Total
Saldo em 2023	57.402	2.255.925	2.876.843	4.569.680	-	-	9.759.850
Outorgadas	-	-	-	-	2.068.636	-	2.068.636
Prescritas	(28.701)	(19.032)	(202.918)	(374.621)	(178.289)	-	(803.561)
Exercidas	-	(2.236.893)	-	-	-	-	(2.236.893)
Saldo em 2024	28.701	-	2.673.925	4.195.059	1.890.347	-	8.788.032
Outorgadas	-	-	-	-	37.488	-	37.488
Prescritas	(28.701)	-	-	(16.583)	(11.484)	-	(56.768)
Exercidas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 2025	-	-	-	(2.711.413)	-	-	(2.711.413)
				-	4.178.476	1.878.863	1.435.996
					-	-	7.493.335

26. RECEITA LÍQUIDA

26.1. Política contábil

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos. Para isso, a Companhia utiliza o modelo de 5 etapas: (i) identificação dos contratos com os clientes, (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. Considerando esses aspectos, a receita é registrada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. **26.1.1. Venda de mercadorias:** A receita de venda de mercadorias, realizadas à vista ou a prazo, é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre com a transferência do controle da mercadoria ao cliente. Nas vendas a prazo, a receita é reconhecida pelo seu valor presente, calculado com base na taxa SELIC, sendo a diferença entre o valor nominal e o valor presente reconhecida como uma redução da receita. A reversão do AVP é registrada como receita operacional de acordo com a fluidez do prazo. **26.1.2. Receita de comissão de produtos e serviços financeiros:** A receita de serviços financeiros é composta pelos juros das vendas parceladas e os juros por atraso da carteira originada na SCD - C&A Pay ("SCD") e cedida ao FIDC - C&A Pay. As receitas são reconhecidas conforme o regime de competência, ou seja, no período a que se referem, desde que seja provável o seu recebimento. As operações com encargos financeiros pré-fixados são atualizadas por taxa de juro. A receita de prestação de serviços é composta pela comercialização de seguros aos clientes e outros produtos e serviços. É reconhecida quando o serviço é efetivamente prestado, caracterizando o cumprimento da obrigação de desempenho pela Companhia.

26.2. Composição da receita líquida:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda de mercadorias	10.801.003	9.982.943	10.794.992	9.982.051
Cancelamentos e trocas	(612.371)	(496.802)	(612.371)	(496.802)
Incentivos sobre vendas de mercadorias	(2.538.731)	(2.326.562)	(2.538.731)	(2.326.562)
Receita líquida com venda de mercadorias	7.649.901	7.159.579	7.643.890	7.158.687
Receita de comissões, serviços e produtos financeiros (a)	93.601	165.571	358.492	504.402
Impostos sobre comissões e serviços	(13.046)	(20.833)	(19.424)	(26.549)
Receita líquida com prestação de serviços	80.555	144.738	339.068	477.852
	7.730.456	7.304.317	7.982.958	7.636.539

(a) Trata-se das operações de financiamento do C&A Pay

27. RESULTADO POR NATUREZA

27.1. Despesas com vendas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(766.149)	(728.992)	(777.345)	(740.838)
Materiais/serviços de terceiros	(370.689)	(328.605)	(407.852)	(373.083)
Ocupação	(402.784)	(376.434)	(402.786)	(376.434)
Depreciação direito de uso	(317.628)	(301.913)	(317.628)	(301.913)
Depreciação e amortização	(144.908)	(134.870)	(144.908)	(134.870)
Publicidade e Promoção	(193.066)	(179.647)	(193.066)	(179.647)
Tarifas e serviços bancários	(160.708)	(154.488)	(104.742)	(105.164)
Serviços de tecnologia	(50.120)	(35.217)	(50.120)	(35.217)
Outros (a)	(99.670)	(84.570)	(113.198)	(107.835)
	(2.505.722)	(2.324.746)	(2.511.645)	(2.355.001)

(a) Contempla substancialmente prêmios, comissões e outras despesas de menor valor.

DIRETORIA EXECUTIVA

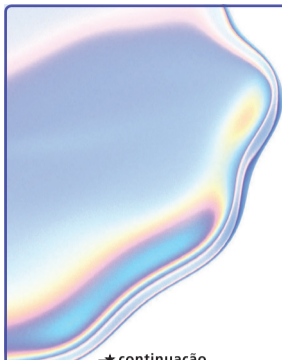
Paulo Correa Junior - Presidente
Laurence Beltrão Gomes - Vice-Presidente de Adm. Financeas e de Relações com Investidores
Franciel Cassio Donati - Vice-Presidente Comercial
Fernando Garcia Bossi - Vice-Presidente de Operações e Serviços Financeiros
Maria Carolina Brasil Borghesi - Diretora Vice-Presidente de Gente, Cultura e ASG

CONTADORA

Andréa Barana - CRC 1SP263149/O-1

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Atualização monetária sobre impostos e contingências	(24.982)	(21.657)	(24.982)	(21.657)
Encargos com antecipação de recebíveis (nota 7)	(69.199)	(44.720)	-	-
Outras despesas financeiras	(13.957)	(9.590)	(10.849)	(9.633)
Resultado FIDC C&A Pay (c)	(636.975)	(599.721)	(564.671)	(555.044)
Resultado financeiro líquido	113.586	106.753	-	-
(a) Contempla o valor de R\$ 61.702 (R\$ 162.723 em 2024) referente à atualização monetária sobre os créditos tributários extemporâneos de PIS/COFINS, deduzidos da tributação pelo PIS/COFINS no montante de R\$ 2.869 (R\$ 7.567 em 2024) vide nota 9. (b) Contempla desajô na compra de créditos de ICMS. Os valores estão líquidos das taxas de comissão. (c) Refere-se à operação do FIDC C&A Pay, constituído como um fundo de investimento em direitos creditórios, cujas cotas são de titularidade da C&A Modas.	(308.691)	(251.868)	(317.568)	(296.326)

29. INFORMACIONES POR SEGMENTOS



C&A MODAS S.A.

CNPJ 45.242.914/0001-05

www.cea.com.br



★ continuação

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2025, autorizando sua conclusão nesta data.

Barueri, 24 de fevereiro de 2026

Paulo Correa Junior
Presidente

Laurence Beltrão Gomes
Vice-Presidente de Adm. Finanças e
de Relações com Investidores

DIRETORES
Francislei Cassio Donatti
Vice-Presidente Comercial

Fernando Garcia Brossi
Vice-Presidente de Operações e Serviços Financeiros

Maria Carolina Brasil Borghesi
Diretora Vice-Presidente de Gente, Cultura e ASG

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao exercício de 2025.

Barueri, 24 de fevereiro de 2026

Paulo Correa Junior
Presidente

Laurence Beltrão Gomes
Vice-Presidente de Adm. Finanças e
de Relações com Investidores

DIRETORES
Francislei Cassio Donatti
Vice-Presidente Comercial

Fernando Garcia Brossi
Vice-Presidente de Operações e Serviços Financeiros

Maria Carolina Brasil Borghesi
Diretora Vice-Presidente de Gente, Cultura e ASG

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E FINANÇAS

Os membros do Comitê de Auditoria, Riscos e Finanças da C&A Modas S.A., no exercício de suas atribuições legais, procederam à análise das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas. Com base nos trabalhos realizados e nas informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, recomendaram ao Conselho de Administração, por unanimidade, a aprovação das referidas Demonstrações Contábeis para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei 6.404/76.

Barueri, 24 de fevereiro de 2026

Jamil Saud Marques - Coordenador

Andrea Maria Ramos Leonel - Membro

Ana Paula Malvestio - Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **C&A Modas S.A.**, Barueri - SP. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da C&A Modas S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10, a Companhia possui contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no montante de R\$700.655 mil, na controladora, e R\$669.299 mil, no consolidado, em 31 de dezembro de 2025, computados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social. A Companhia avaliou a recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base em projeções de lucros tributáveis futuros. Consideramos como um principal assunto de auditoria uma vez que tal avaliação envolve alto grau de julgamento por parte da administração na determinação de premissas e critérios utilizados nas projeções de lucros tributáveis futuros, que são afetadas pelas expectativas de mercado e condições econômicas. **Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais especializados em projeções financeiras e em impostos para nos auxiliarem na avaliação das premissas e da metodologia utilizadas pela Companhia na elaboração das projeções de lucros tributáveis futuros. As projeções de lucros tributáveis futuros foram elaboradas com base no plano de negócios da Companhia, o qual foi aprovado pelos órgãos de administração. Avaliamos também a adequação das divulgações relacionadas a esse assunto na Nota Explicativa nº 10. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Contingências tributárias:** A Companhia é parte passiva em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão em 31 de dezembro de 2025 era de R\$148.834 mil, na controladora e consolidado, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para cobrir as perdas prováveis requerem julgamento por parte da diretoria da Companhia, que conta com o suporte das opiniões dos seus assessores jurídicos internos e externos. Eventuais mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que foram utilizadas como base para exercer esse julgamento, ou em fatores externos, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e dos tribunais que acarretem em mudança de prognóstico de perda por parte dos assessores jurídicos, podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia é parte em discussões tributárias que somam R\$591.507 mil, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 20, não provisionado contabilmente nas demonstrações financeiras dada a avaliação por parte da diretoria, suportada por seus assessores jurídicos externos e internos, de que o prognóstico de perda nessas discussões é possível, mas não provável. Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão envolvem alto grau de julgamento por parte da diretoria da Companhia em conjunto com os seus assessores jurídicos externos e internos. **Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para riscos tributários. Envolvemos especialistas em assuntos controversos na análise das provisões reconhecidas e dos processos divulgados relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração

as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia. Obtivemos evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a documentação existente, pareceres e opiniões legais, bem como obtivemos as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo suas opiniões com relação ao estágio atual e o prognóstico de perda nestes processos administrativos e judiciais. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Nota Explicativa nº 20 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as contingências tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Ambiente de Tecnologia da Informação:** A Companhia possui volume elevado de transações diárias, realizadas por meio das operações ocorridas em suas lojas, centros de distribuição e seu comércio eletrônico. Devido à alta dependência da Companhia em sistemas e estrutura de tecnologia, consideramos o ambiente de tecnologia da informação, para o processamento e geração de informações financeiras e contábeis que impactam diretamente as demonstrações financeiras, como um principal assunto de auditoria. **Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação ("CGTIs") implementados pela Companhia para os sistemas por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações financeiras; (ii) avaliação dos procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças, gestão de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia; (iii) envolvimento de profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliarem na execução desses procedimentos; (iv) avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos contábeis; e (v) execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos: (i) analisamos o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; e (ii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças: (i) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela diretoria da Companhia; e (ii) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Com base nestes resultados, consideramos apropriadas as informações extraídas dos sistemas da Companhia para o planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Arrendamento:** A Companhia, pela natureza de suas operações, possui elevado volume de contratos de arrendamento das suas lojas. Adicionalmente, durante o exercício, há movimentação relevante nas rubricas relacionadas com os contratos de arrendamento em decorrência de processos de abertura de novas lojas, renovações dos contratos e/ou renemurações de contratos existentes relacionados às lojas em operação devido às mudanças nas condições anteriormente celebradas, assim como baixas de contratos em decorrência de encerramento de lojas. Devido ao volume e peculiaridades de cada negociação ou renegociação realizadas entre a Companhia e Arrendadores, assim como a dependência da Companhia em relação ao sistema que gerencia a base e mensura as alterações de cada contrato, consideramos os arrendamentos de lojas como um principal assunto de auditoria. **Como a nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação do ambiente de controles internos para identificação de contratos de arrendamento ou contratos que contêm arrendamentos, e das políticas internas adotadas pela diretoria da Companhia para determinação dos ativos e passivos de arrendamento. Procedemos, por amostragem, à leitura dos termos dos contratos para confirmarmos a avaliação da administração quanto à identificação de contratos que contêm arrendamento. Selecionamos uma amostra representativa de contratos para cada natureza de transação que tenha impactado os saldos de direito de uso e passivo de arrendamento, avaliamos as premissas utilizadas para mensuração dos arrendamentos identificados, os expedientes práticos adotados permitidos pela norma, bem como avaliamos a taxa de desconto utilizada e testamos a coerência lógica e aritmética dos cálculos. Avaliamos a contabilização do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como efetuamos leitura das divulgações da administração às demonstrações financeiras sobre o assunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de direito de uso e passivo de arrendamento, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa nº 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras

individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 24 de fevereiro de 2026



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2SP034519/O
Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP172167/O

